

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO

BRUNA PAULA CALEGARI LINO

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI DE IDENTIFICAÇÃO  
CRIMINAL, LEI Nº 12.037/2009, AO ADOLESCENTE QUE TENHA COMETIDO  
ATO INFRACIONAL

FLORIANÓPOLIS

2013

BRUNA PAULA CALEGARI LINO

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI DE IDENTIFICAÇÃO  
CRIMINAL, LEI Nº 12.037/2009, AO ADOLESCENTE QUE TENHA COMETIDO  
ATO INFRACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido ao Curso de Graduação em  
Direito da Universidade Federal de  
Santa Catarina – UFSC, na área de  
Direito Processual Penal.

Orientador: Alexandre Morais da Rosa

FLORIANÓPOLIS

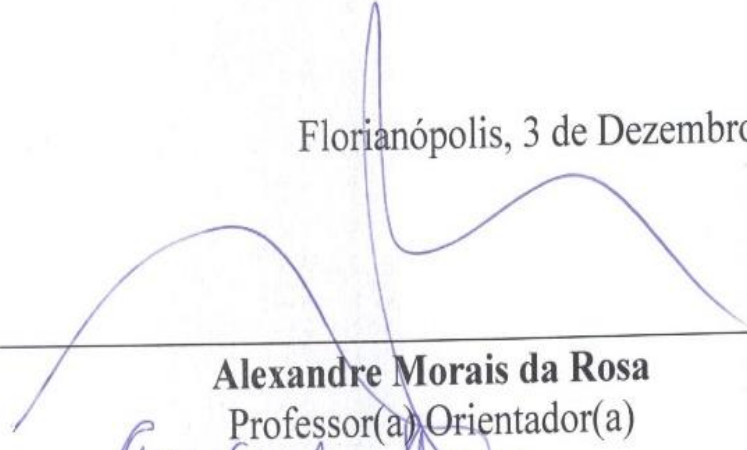
2013

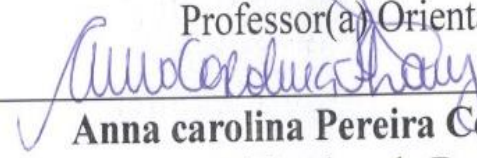
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO


TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia intitulada "**Estudo sobre a viabilidade de aplicação da lei de identificação criminal, Lei nº 12.037/2009, ao adolescente que tenha cometido ato infracionário**", elaborada pelo(a) acadêmico(a) **Bruna Paula Calegari Lino**, defendida em **03/12/2013** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (27), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no artigo 9. da Portaria n. 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.

Florianópolis, 3 de Dezembro de 2013

  
\_\_\_\_\_  
**Alexandre Moraes da Rosa**  
Professor(a) Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
**Anna carolina Pereira Cesarino Lamy**  
Membro de Banca

  
\_\_\_\_\_  
**Leilane Serratine Grubba**  
Membro de Banca

*À minha família, com todo meu amor e carinho.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir estar aqui e realizar esse sonho;

Aos meus pais, Miguelina e Pedro, por terem me dado carinho e me ensinado, ainda pequenina, a ser, acima de tudo, honesta, sincera e educada. Eles deixaram-me viver uma infância maravilhosa; eu, realmente, fui uma criança muito feliz e realizada. Eles também me ensinaram a fazer escolhas, a saber o que é melhor para mim. Sempre me incentivaram a ser uma pessoa virtuosa, que, reconhece primeiro as qualidades de uma pessoa e, depois, seus defeitos. Também me ensinaram o modo como eu deveria agir com desconhecidos, como proteger-me destes. Eles me ensinaram a arte do comércio que, certamente, fez com que eu desenvolvesse minha comunicação com o mundo, bem como, minha tão elogiada simpatia. E, à minha irmã, Renata, por ela existir e por ter me ensinado a dividir e a emprestar as coisas, a não ser egoísta; por sempre estar me acompanhando de perto, ajudando-me, apoiando-me nos meus sonhos. Muito obrigada por tudo. Amo muito vocês;

À Débora, primeiro presente que recebi de Florianópolis, pelo companheirismo e pela linda amizade que construímos;

Às minhas amigas Bruna e Cherranea, por terem realmente “vivido” a faculdade junto a mim, esses anos foram especiais;

Às minhas amigas do IGP: Bianca, pelas palavras sempre sábias e por ter me ensinado, muito, do que hoje eu sei sobre o trabalho do Setor de Identificação Criminal do Instituto de Identificação de Santa Catarina e, Mariana, pelo companheirismo, pelos conselhos, dicas e ensinamentos. Ao meu colega do IGP, Flávio, pelas frases de reflexão e por compreender, saber conviver e proteger as meninas do Setor de Identificação Criminal;

Ao Dr. Sérgio Henrique Dias Garcia, Procurador Federal que atua junto à Procuradoria Federal Especializada do INSS/AGU, meu primeiro chefe, pelo aprendizado, ensinamento e incentivo profissional;

Ao meu chefe, o Perito-Criminal Dr. José Augusto da Luz Koerich, pela compreensão concedida a mim, neste momento da minha vida, e pela confiança no meu trabalho;

Aos membros da banca:

A querida professora Leilane Serratine Grubba, por todo o apoio e dedicação despendidos a mim. Sempre presente, auxiliando-me desde a minha preparação para prova da OAB até a conclusão desta pesquisa.

O professor André Rodrigues de Oliveira, pelo aprendizado adquirido junto ao EMAJ – Escritório Modelo de Assistência Judiciária. Sempre disposto a colaborar comigo.

O meu orientador, Professor da UFSC e Juiz de Direito, Alexandre Morais da Rosa, por ter aceitado a incumbência de me orientar e pelo tempo despendido a mim nesta desafiadora jornada.

Por fim, mas não menos importante, às demais pessoas que de alguma forma contribuíram para este estudo, bem como àquelas que respeitaram este momento de produção intelectual.

## RESUMO

A Lei nº 12.037/2009 veio regulamentar o artigo 5º, inciso LVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao dispor sobre a identificação criminal do civilmente identificado. Também, prevê, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, que o adolescente civilmente identificado, não será submetido à identificação compulsória, salvo para confrontação, em caso de fundada dúvida. Nesse sentido, investiga-se nesta pesquisa, a possibilidade de aplicação da Lei nº 12.037/2009, aos adolescentes já identificados civilmente. Isso, claro, em virtude de a Lei nº 8.069/1990 não dispor a respeito das hipóteses de dúvida fundada, entendendo-se, desse modo, que as mesmas estão atreladas às permissões dispostas no artigo 3º da Lei de Identificação Criminal. Assim, o adolescente civilmente identificado poderá ser submetido ao processo de identificação compulsória, para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada, a qual deverá recair sobre uma das hipóteses permitidas pelo artigo 3º da Lei nº 12.037/2009.

**Palavras chave:** Lei de Identificação criminal. Identificação compulsória de adolescente.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 A IDENTIFICAÇÃO HUMANA.....	10
1.1 A Papiloscopia .....	11
1.2 O Sistema Datiloscópico de Juan Vucetich .....	14
1.3 Conceito de Identificação Criminal .....	19
2 ASPECTOS SOBRE A LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL .....	22
2.1 A retrospectiva legislativa .....	22
2.2 A Lei nº 12.037/2009 .....	29
3 VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.037/2009 AOS ADOLESCENTES ..	43
3.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 .....	43
3.1.1 Conceito de criança e de adolescente .....	45
3.1.2 Conceito de ato infracional .....	46
3.1.3 Procedimento de apuração de ato infracional .....	49
3.2 A identificação compulsória de adolescentes conforme o artigo 109 da Lei 8.069/1990 e a Lei nº 12.037/2009 .....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
REFERÊNCIAS .....	61



## INTRODUÇÃO

A Lei nº 12.037/2009 foi editada com o objetivo de legislar sobre o processo constitucionalmente previsto de identificação criminal, e, afirma que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nos casos previstos nessa Lei.

A atual Lei de Identificação Criminal, que dispõe sobre as hipóteses em que o civilmente identificado será submetido à identificação criminal, foi elaborada tendo como foco de aplicabilidade os autores de crime, o que difere do ato infracional, cometido por um adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), define adolescente como sendo a pessoa com idade entre doze e dezoito anos (artigo 2º, Lei nº 8.069/1990). Assim, consoante definido no artigo 103 do mesmo Diploma, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por adolescentes, os quais estão sujeitos às medidas previstas nesse Estatuto, justamente por serem penalmente inimputáveis (artigo 104, Lei nº 8.069/1990).

Diante desse quadro, essa pesquisa busca responder a seguinte questão: A Lei nº 12.037/2009, que dispõe acerca do processo de identificação criminal, pode ter aplicabilidade aos adolescentes que tenham cometido ato infracional?

Tem-se como objetivo, nesse trabalho, demonstrar a possibilidade de aplicação da Lei de Identificação Criminal, Lei nº 12.037/2009, ao adolescente autor de ato infracional. Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente não permitir que o menor civilmente identificado seja submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, o mesmo diploma faz uma ressalva, podendo, esta, ser realizada quando para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

Para a realização do presente trabalho, utilizou-se o método dedutivo. O procedimento adotado foi a pesquisa bibliográfica.

Apesar da pouca bibliografia sobre o tema, pode-se construir uma retrospectiva legislativa sobre a identificação criminal no país, desde 1941, ano da publicação do Código de Processo Penal, até a atual Lei de Identificação Criminal (2009). Por intermédio das fundamentações teóricas dos autores Capez (2012), Costa (2012), Cury (2010), Digiácomo (2010), Elias (1994), Greco Filho (2010), Ishida (2010), Moreira (2009), Lima (2012), Nucci (2012), Oliveira (2011), Pimentel (2012), Rossato (2011), Sérgio Sobrinho (2003), Tourinho Filho (2013), Veronese (2006) foi possível estabelecer a base teórica para o desenvolvimento do projeto técnico-científico.

O trabalho será disposto em três capítulos.

O primeiro capítulo abordará os conceitos gerais sobre a identificação humana, apresentando as principais características da papiloscopia, bem como do sistema de identificação adotado pelo Brasil. Ao fim dessa exposição, delimitar-se-á o conceito de identificação criminal, bem como exibir-se-á a sua composição e relevância.

O segundo capítulo tratará da retrospectiva legislativa referente à identificação criminal: do Código de Processo Penal (1941), primeira manifestação legislativa acerca desse tema, à Lei nº 12.037/2009.

O terceiro capítulo irá apresentar e analisar o artigo 109 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e, após isso, investigar a possibilidade de aplicação da Lei nº 12.037/2009 ao adolescente que tenha cometido ato infracional.

Findas as análises supracitadas desse tema, conseguir-se-á concluir que o adolescente civilmente identificado poderá ser submetido ao processo de identificação compulsória, para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada, a qual deverá recair sobre uma das hipóteses permitidas pela Lei nº 12.037/2009.

Seguem, ao final, as referências bibliográficas.

## 1 A IDENTIFICAÇÃO HUMANA

Neste capítulo inaugural, apresentar-se-á os conceitos gerais da identificação humana, juntamente, com as principais características da papiloscopia, bem como do sistema de identificação adotado pelo Brasil. Ao fim dessa introdução, delimitar-se-á o conceito de identificação criminal, bem como exibir-se-á a sua composição e relevância.

Iniciando-se este estudo, define-se, identificação, como sendo o processo pelo qual se estabelece a identidade; e, esta, como o conjunto de dados e sinais que individualizam determinada pessoa.

Segundo Tourinho Filho, “nos dias atuais o processo generalizado para a identificação das pessoas, notadamente dos criminosos, é o datiloscópico, isto é, pelas saliências papilares existentes nas pontas dos dedos”<sup>1</sup>.

Esse mesmo autor faz uma sinopse, muito interessante, sobre o processo histórico de identificação:

O primeiro processo utilizado para a identificação de criminosos era a mutilação; depois surgiu o ferro em brasa. Mesmo no Brasil, no quartel do século XVIII, havia disposição no sentido de que “todos os negros que fossem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes pusesse uma marca em uma espádua com a letra F, que, para esse efeito, havia nas Câmaras e se, quando se fosse executar essa pena, fosse achado já com a mesma marca, se lhe cortasse uma orelha, tudo por simples mandado do juiz...”. Tivemos no século XIX a fotografia, o retrato falado, a antropometria, criada por Alphonse de Bertillon, em que se tomavam as medidas dos diâmetros longitudinal e transversal do crânio, o diâmetro bizigomático, a estatura, a envergadura, a altura da orelha direita, a cor da íris esquerda, o tamanho dos dedos e outros dados. Tratava-se de um método complicado, exigindo técnica e experiência, em razão mesmo das dificuldades para a obtenção e posterior comparação dos dados. Frigério entendia ser possível identificar uma pessoa pela orelha, suas circunvoluções e implantação na caixa craniana. Era a optometria. Outros criaram a oftalmografia (estrutura da íris), a odontoscopia (exame da arcada dentária), a posição das veias no dorso das mãos, a posição das veias na fronte (era a flebografia). Stokis defendia a possibilidade de identificação pelos sulcos palmares (quirosopia);

---

<sup>1</sup> TOUTINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 15ª ed. rev. e de acordo com a Lei n. 12.403/2011. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. p. 138.

Wilder, pelos sulcos plantares (pelmatoscopia); e Bert, pelas particularidades do umbigo...<sup>2</sup>

Nem todos esses métodos de identificação, apesar de conhecidos, estão em uso. Muitos já se tornaram obsoletos com o avanço científico e tecnológico. Entretanto, observa-se que a odontoscopia continua servindo como um método alternativo, naqueles casos em que não se dispõe de saliências papilares, como no reconhecimento de vítimas carbonizadas. Já a oftalmografia vem sendo aplicada em aeroportos e, normalmente, em sistemas de segurança.

Como citado, hoje, o método mais comumente utilizado, tanto na identificação civil quanto criminal, leva a denominação de datiloscopia, ramo da papiloscopia que faz o processo de identificação de pessoas por meio das impressões deixadas pelas polpas digitais.

### **1.1 A Papiloscopia**

Dá-se o nome de Papiloscopia à ciência que estuda as impressões papilares e a identificação humana por meio delas. Recebe o nome de Papilas as pequenas saliências de natureza neurovascular, situadas na parte externa da derme, mas que têm seus desenhos reproduzidos na epiderme.

Essa ciência divide-se em:

- 1) datiloscopia: processo de identificação por meio das impressões digitais;
- 2) quiroscopia: processo de identificação por meio das impressões palmares;
- 3) podoscopia: processo de identificação por meio das impressões plantares.

---

<sup>2</sup> Ibid., 137-138.

Os desenhos papilares apresentam as seguintes propriedades, também denominadas de princípios fundamentais da Papiloscopia:

- 1) **variabilidade:** os desenhos papilares têm a propriedade de não se repetirem, mas sim, de variarem tanto de região para região papilar quanto de pessoa para pessoa.
- 2) **perenidade:** é a propriedade que o desenho papilar tem de ser perene, permanecendo no ser humano, desde a formação, durante a vida uterina, até a decomposição cadavérica.
- 3) **imutabilidade:** é a propriedade que o desenho papilar tem de não mudar mais, desde o momento em que está formado, no sexto mês de gestação, até a completa decomposição da matéria humana, mantendo, assim, o seu desenho original, durante todo esse período.

Assim, não há a menor possibilidade de serem encontrados, numa mesma pessoa, dois desenhos papilares idênticos, muito menos, em pessoas distintas.

Essas vantagens da identificação papiloscópica são destacadas por Sérgio Sobrinho:

O desenho digital é perene, acompanhando o homem durante toda a vida, sendo notada a formação de pontos característicos a partir do 3º mês de vida fetal, os quais se consolidam, ainda na fase intrauterina, por volta do 6º mês de gestação, podendo ser encontrados, mesmo depois da morte, até a desagregação da matéria. A imutabilidade é a propriedade da inalterabilidade do desenho digital, desde sua formação até a putrefação cadavérica. Ademais, não é possível a localização de digitais idênticas nos diferentes dedos de um mesmo indivíduo ou entre duas pessoas diferentes.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> SÉRGIO SOBRINHO, Mário. **A identificação criminal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 49.

Como visto, o desenho papilar tem propriedades e características que permitem distinguir até mesmo irmãos gêmeos, que podem apresentar impressões digitais muito próximas, mas, jamais idênticas.

Pode ocorrer, no entanto, de algumas pessoas nascerem sem qualquer desenho digital nas mãos, apresentando, assim, polpas digitais lisas. Verifica-se isso, nas pessoas que sofrem da chamada Síndrome de Nagali, que decorre do mau funcionamento de uma proteína. Nesses casos, não se utiliza da datiloscopia, mas sim, de outros métodos de identificação, como o oftalmográfico.

Não obstante essas propriedades, os desenhos papilares podem sofrer algumas alterações. Isso ocorre quando a derme (local onde as papilas se formam) é cortada, surgindo uma cicatriz nessa região, mas, apesar disso, as demais áreas permanecem inalteradas. Essa cicatriz pode ser utilizada como uma característica a mais das impressões papilares, já que a mesma permanecerá inalterada, depois de finalizado o processo de cicatrização.

Além dos desenhos papilares poderem sofrer alterações, como visto acima, estes também podem desaparecer: “a) por amputação ou putrefação dos dedos; b) por largas e profundas cicatrizes das polpas digitais; e c) devido a certas doenças como a hanseníase”<sup>4</sup>.

Assim, faz-se claramente possível encontrar indivíduos sem cristas papilares, não por sofrerem da Síndrome de Nagali, mas por terem-na perdido, por algum dos motivos supracitados.

---

<sup>4</sup> TOUTINHO FILHO, op. cit. p. 139.

## 1.2 O Sistema Datiloscópico de Juan Vucetich

O Brasil adotou o sistema datiloscópico idealizado por Juan Vucetich, húngaro nascido em 1858 na Região da Dalmácia, mas que residia na Argentina.

Segundo a classificação de Vucetich, há quatro tipos fundamentais de cristas papilares: arco, presilha interna, presilha externa e verticilo.

O arco apresenta linhas de um a outro bordo da polpa digital, descrevendo pequenas curvas com convexidade para a ponta dos dedos. As presilhas são formadas por linhas que partem de um dos bordos da polpa do dedo, descrevem uma curva alongada e voltam ao bordo de onde partiram, e, no lado oposto, a confluência das linhas discordantes forma um delta (pequeno sinal triangular ou estrelado). Quando o delta é formado à direita da pessoa que observa a sua impressão, diz-se presilha interna; se à esquerda, presilha externa. Já os verticilos são formados por linhas que descrevem círculos concêntricos ou em espiral. Apresentam, por isso, dois deltas, um no lado esquerdo e o outro, no direito.<sup>5</sup>

Os símbolos convencionais dos tipos fundamentais são:

**Arco (A=1):** A = é o símbolo que indica a presença de um arco no polegar; 1 = quando presente nos demais dedos;

**Presilha interna (I=2):** I = é o símbolo que indica a presença de uma presilha interna no polegar; 2 = quando presente nos demais dedos;

**Presilha externa (E=3):** E = é o símbolo que indica a presença de uma presilha externa no polegar; 3 = quando presente nos demais dedos;

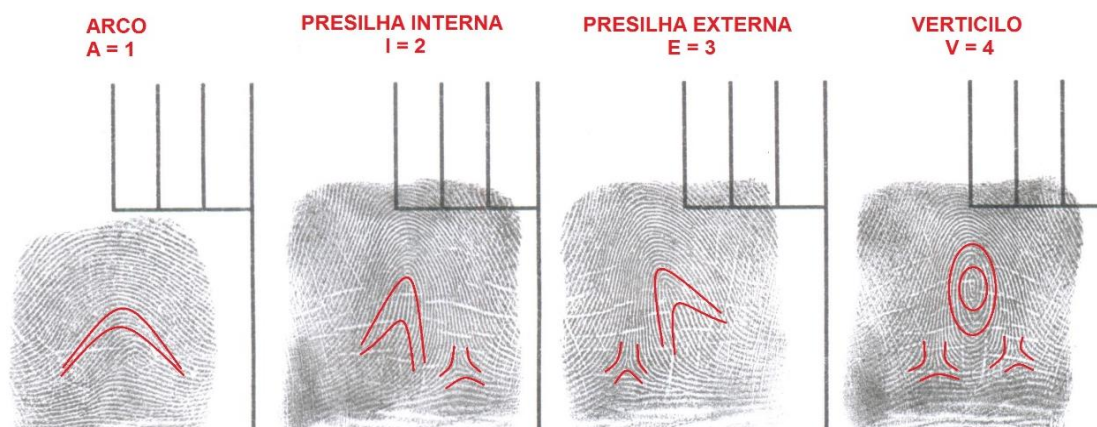
**Verticilo (V=4):** V = é o símbolo que indica a presença de um verticilo no polegar; 4 = quando presente nos demais dedos.

Esses quatro tipos fundamentais são assim demonstrados:

---

<sup>5</sup> Ibid., p. 139.

Figura 1 Os tipos fundamentais de Juan Vucetich.



Fonte: Autor, 2013.

### Ensina Tourinho Filho que

quando alguém apresentar no dedo polegar um arco, registra-se a letra A, e nos demais dedos, o número 1; se for presilha interna, I, e nos demais dedos, o número 2; se presilha externa, E, e nos demais dedos, 3; e, finalmente, se verticilo, V, tratando-se do polegar, e 4, nos demais dedos. Desse modo, temos os quatro tipos: A-1; I-2; E-3; V-4. Se alguém, p.ex., no polegar da mão direita, apresenta um verticilo; no indicador, um presilha externa; no médio, um arco; no anular, um verticilo; e, no mínimo, uma presilha interna, teremos, então, a seguinte classificação-denominação: V-3-1-4-2.<sup>6</sup>

Além desses tipos fundamentais, há outros: utiliza-se a letra X para indicar a presença de cicatriz em determinada polpa digital e, a letra O, para indicar amputação.

Em virtude do número limitado de combinações possíveis com os 4 tipos fundamentais, 1.048.576 (um milhão quarenta e oito mil e quinhentos e setenta e seis), Vucetich viu a necessidade de aumentar a gama de classificação do seu sistema, criando os chamados subtipos dos tipos fundamentais.

Assim, os subtipos são classificados de acordo com a disposição das linhas nucleares da impressão digital.

O Arco, o menos frequente dos tipos fundamentais; apresenta seis subtipos:

<sup>6</sup> Ibid., p. 139.



Tabela 1 Subtipos do Arco.

<b>Tipo Fundamental</b>	<b>Subtipo</b>	<b>Símbolo</b>
Arco	Arco Plano	PL
	Arco Angular	AG
	Arco Bifurcado à Direita	BD
	Arco Bifurcado à Esquerda	BE
	Arco Destro Apresilhado	DA
	Arco Sinistro Apresilhado	SA

Fonte: Autor, 2013.

Já as Presilhas, são os mais frequentemente encontrados tipos fundamentais; têm apenas dois subtipos:

Tabela 2 Subtipos de Presilhas.

<b>Tipo Fundamental</b>	<b>Subtipo</b>	<b>Símbolo</b>
Presilha Interne e Presilha Externa	Presilha Interna Normal	NR
	Presilha Interna Invadida	VD
	Presilha Externa Normal	NR
	Presilha Externa Invadida	VD

Fonte: Autor, 2013.

E, por último, o Verticilo, também frequente, apresenta quatro subtipos:

Tabela 3 Subtipos de Verticilo.

<b>Tipo Fundamental</b>	<b>Subtipo</b>	<b>Símbolo</b>
Verticilo	Verticilo Circular	VC
	Verticilo Ovoidal	OV
	Verticilo Sinuoso	SN
	Verticilo Duvidoso	DV

Fonte: Autor, 2013.

Tourinho Filho, também ensina que:

Pode acontecer de dezenas de pessoas apresentarem no polegar, p. ex., um arco. Não importa. Aparentemente estaria quebrado o caráter da variedade das digitais. Ampliados e projetados os arcos numa tela, procuram-se os pontos característicos: ilhota ou ponto, linha cortada,

forquilha, bifurcação, encerro, e, como cientificamente demonstrado, essas dezenas de arcos apresentarão pontos característicos diferentes. Nenhum será igual ao outro.<sup>7</sup>

Define-se ponto característico como sendo um “acidente”, encontrado entre uma e outra crista papilar. Além disso, para que seja considerado um ponto característico, a figura deve ter, no mínimo, a espessura de uma crista papilar.

No Brasil, convencionou-se que, quando doze pontos característicos coincidentes - com igual nomenclatura e sem nenhuma discrepância - forem encontrados em duas impressões digitais diferentes, diz-se que as duas impressões pertencem a uma única pessoa.

Em uma impressão digital podem ser encontrados vários pontos característicos, os quais, além disso, podem se repetir inúmeras vezes, o que torna, assim, essa impressão única.

Nove pontos característicos são reconhecidos pela papiloscopia:

- 1- Ponto - encontrado entre duas linhas:



- 2- Ilha ou Ilhota – um pouco maior que um “ponto”, caracteriza-se por ser a menor fração de linha papilar, medindo de dois a quatro “pontos” de comprimento:



- 3- Cortada – pedaço pequeno de linha que mede de duas a quatro vezes uma “ilha”:




---

<sup>7</sup> Ibid., p. 140.

- 4- Extremidade de linha – ponto característico mais comum em uma impressão digital. Caracteriza-se por ser todo final de linha seguida pelo estreitamento das duas paralelas que a ladeiam.



- 5- Bifurcação – uma linha que se bifurca (analisando-se a impressão no sentido convencional, sentido horário):



- 6- Confluência - duas linhas que se juntam em uma única (analisando-se a impressão no sentido convencional, sentido horário):



- 7- Haste ou Arpão - segmento que forma um apêndice na linha:



- 8- Ponte ou Anastomose – segmento curto que liga duas linhas, parecendo, assim, uma “ponte”:



- 9- Lago ou Encerro - linha que se abre e se fecha logo em seguida, formando, assim, uma espécie de "bolha":



Como visto, o Sistema Datiloscópico de Vucetich, estabelece subtipos, e, além desses, os também chamados pontos característicos, sendo que, é a análise conjunta desses elementos que torna cada impressão digital diferente tanto dos dedos de uma mesma pessoa quanto de pessoas distintas, até mesmo de gêmeos univitelinos.

### 1.3 Conceito de Identificação Criminal

A identificação criminal pode ser definida como o processo pelo qual a autoridade policial se vale para identificar pessoa de identidade duvidosa, acusada ou indiciada de ter praticado infração penal sob investigação.

Nucci define identificação criminal como sendo “a colheita das impressões digitais do indiciado, objetivando a sua correta identificação, por se tratar de método científico e seguro”<sup>8</sup>.

Nesse diapasão, quando se identifica criminalmente um indivíduo, deseja-se reunir informações policiais, penais e criminais acerca dessa pessoa, tendo em vista a criação de uma identidade criminal, composta de registros policiais, penais e folha de antecedentes criminais. Por meio da criação dessa identidade, torna-se capaz diferenciá-lo dos demais indivíduos com histórico de infrações penais.

Sobre o tema, leciona Capez:

Finalmente, dentre as providências a serem tomadas pela autoridade policial quando do indiciamento, deverá, ainda, ser juntada aos autos a sua folha de antecedentes, averiguada a sua vida pregressa e, se a autoridade julgar conveniente, procedida a identificação mediante tomada fotográfica, pois como já assinalado, a identificação criminal compreende a datiloscópica (impressões digitais) e a fotográfica (art. 5º da Lei n. 12.037/2009). As providências do inciso IX do art. 6º do Código de Processo Penal assumem especial relevância no momento

---

<sup>8</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 9ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 168.

da prolação da sentença, pois fornecem ao magistrado os elementos necessários à individualização da pena (CF, art. 5º, XLVI; CP, art. 59).<sup>9</sup>

Assim, por intermédio dessa identificação, são inseridas, nos bancos de dados estaduais e federais, informações confiáveis que caracterizam o infrator penal. São elas: a qualificação, composta, na maioria das vezes, de nome, sexo, data de nascimento, filiação, naturalidade; a descrição das características e sinais físicos, como altura, tatuagem, cicatriz; bem como demais informações interessantes à persecução penal, como apelidos, nomes falsos, sendo todas essenciais à individualização do acusado.

Seguindo esse entendimento, pode-se afirmar que, se o indiciado ou acusado não estiver portando documento hábil a comprovar a sua identidade civil, cabe, à autoridade policial, em sede de persecução penal, solicitar ao órgão responsável, a realização da identificação criminal desse indivíduo.

Sobre o tema, Lima entende que

a identificação criminal abrange, portanto, uma sessão fotográfica, assim como a coleta de impressões digitais do indivíduo. Diante da mutabilidade da fisionomia das pessoas e da impossibilidade da formação de um cadastro fotográfico acessível, a fotografia deve ser usada como método auxiliar de identificação, não sendo possível que a autoridade policial a use de maneira exclusiva, dispensando a identificação datiloscópica.<sup>10</sup>

Esse processo de identificação criminal compõe-se, desse modo, de duas individualizações: a datiloscópica e a fotográfica.

Por meio da primeira, coletam-se as impressões digitais do acusado com a finalidade de que sejam confrontadas com as impressões, da pessoa que o acusado diz ser, constantes de registro de identificação civil em órgãos estaduais e federais.

A segunda individualização, qual seja, a fotográfica, permite que, num primeiro momento, as autoridades o reconheçam e, num

---

<sup>9</sup> CAPEZ, Fernando. **Considerações gerais sobre o indiciamento e a identificação criminal do civilmente identificado (Lei n. 12.037, de 01 de outubro de 2009)**. Disponível em:

<[http://capez.taisei.com.br/capezfinal/index.php?secao=27&subsecao=0&con\\_id=5618](http://capez.taisei.com.br/capezfinal/index.php?secao=27&subsecao=0&con_id=5618)>.

Acesso em: 18 dez 2012.

<sup>10</sup> LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**, vol. I. 2ª ed. Niterói: Impetus, 2012. p. 152-153.

segundo, que à própria população seja permitida a individualização da fisionomia dessa pessoa, envolvida em infração de natureza penal. Mas, de modo que, seja usado como método auxiliar de identificação, sendo imprescindível o reconhecimento através das impressões digitais.

Com o intuito de demonstrar a importância do tema escolhido, fez-se um levantamento de dados do Setor de Identificação Criminal referente ao número de identificações criminais solicitadas, por autoridades policiais e judiciais, e, realizadas pelos Auxiliares Criminalísticos e Papiloscopistas do citado setor:

Tabela 4 Identificações criminais na prática.

<b>Ano</b>	<b>Nº de identificações criminais realizadas pelo Setor de Identificação Criminal-IGP em Florianópolis</b>
2010	428
2011	295
2012	214
2013 (jan-out)	147

Fonte: Bando de dados do Setor de Identificação Criminal do Instituto de Identificação - Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina.

Em todas essas identificações criminais realizadas, o objetivo foi encontrar a verdadeira identidade de pessoa de identidade desconhecida ou duvidosa, acusada de infringir a legislação penal vigente.

Percebe-se, pelo já exposto, que esse processo de reconhecimento, encontra-se embasado de senso de justiça, uma vez que não pode, em hipótese alguma, a autoridade policial permitir que uma pessoa tenha, em seu nome, registros de antecedentes criminais, policiais e penais, decorrente de ilícitos penais cometidos por outra.

## **2 ASPECTOS SOBRE A LEI DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL**

Neste capítulo, far-se-á um retrospectiva que envolva toda a legislação acerca da identificação criminal: do Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689/1941 à atual Lei que regulamente esta matéria, Lei nº 12.037/2009. Em seguida, estudar-se-á a identificação criminal, composta pelos processos datiloscópico e fotográfico, seguindo os ditames da Lei nº 12.037/2009.

### **2.1 A retrospectiva legislativa**

A primeira manifestação legislativa acerca da identificação criminal, no Brasil, ocorreu com a edição do Código de Processo Penal em 03 de outubro de 1941. Esse diploma, em seu artigo 6º, inciso VIII, determinou que a autoridade policial, sempre que possível, ordenasse a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico.

Esse código disciplinou que o indiciado, independente de já ter sido identificado civilmente ou não, poderia ser submetido ao processo de identificação criminal, através da coleta das impressões digitais. Assim, independentemente da identificação civil e, de acordo com a necessidade, a autoridade policial estaria compelida a identificar datiloscopicamente o envolvido.

Esse impasse levou o Supremo Tribunal Federal a aprovar, em Sessão Plenária de 15 de dezembro de 1976, a Súmula nº 568, segundo a qual “a identificação criminal não constitui constrangimento ilegal, ainda que o indiciado já tenha sido identificado civilmente”.

Este entendimento sumulado reinou absoluto até a promulgação da vigente Carta Constitucional, a qual garantiu o direito

fundamental de o civilmente identificado não ser submetido ao processo de identificação criminal.

Nesse diapasão, o inciso LVIII do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988, dispõe que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”.

Nucci considera que

trata-se de norma de indevida inserção na Carta Magna, que, à época da sua elaboração, teve por finalidade corrigir a publicidade que se costumava dar ao fato de determinada pessoa – especialmente as conhecidas do grande público – ser criminalmente identificada, como se isso fosse inconveniente e humilhante. A norma tem contorno de direito individual, unicamente porque o constituinte assim o desejou (formalmente constitucional), mas não é matéria para constar em uma Constituição Federal. É certo que muitos policiais exorbitaram seus poderes e, ao invés de garantir ao indiciado uma colheita corriqueira do material datiloscópico, transformaram delegacias em lugares de acesso da imprensa, com direito à filmagem e fotos daquele que seria publicamente indiciado, surpreendido na famosa situação de “tocar piano”. Ora, por conta da má utilização do processo de identificação criminal, terminou-se inserindo no Constituição uma cláusula pétrea que somente problemas trouxe, especialmente ao deixar de dar garantia ao processo penal de que se está acusando a pessoa certa. Bastaria, se esse era o desejo, que uma lei fosse editada, punindo severamente aqueles que abusassem do poder de indiciamento, especialmente dando publicidade indevida ao ato, para que se resolvesse o problema. Ao contrário disso, preferiu-se o método mais fácil, porém inconveniente: quem já possuísse identificação civil não mais seria identificado criminalmente, gerando muitos erros judiciais, hoje amplamente divulgados e comprovados, pois a subtração de documentos civis (RG) alheios tornou-se comum e criminosos passaram a apresentar aos delegados falsificações perfeitas, colocando, em seus lugares, inocentes.<sup>11</sup>

Já, para Greco Filho este dispositivo constitucional

tem por finalidade evitar o constrangimento à pessoa que, estando identificada civilmente e em relação à qual não paira qualquer dúvida quanto à identidade, venha a envolver-se em fato penal. A dúvida, contudo, poderá levar à identificação datiloscópica, ou, quando não, pelo menos à colheita da impressão do polegar para futuro confronto. Se de um lado é justa a não repetição da identificação datiloscópica da pessoa cuja identidade seja inequívoca, de outro a repressão criminal ficaria perigosamente comprometida se não mais se identificasse ninguém. E não é só. A liberdade de pessoas de bem poderia correr graves riscos. Veja-se, por exemplo, a hipótese, não pouco provável, da utilização pelo criminoso de carteira de identidade de terceiro que tenha sido perdida. Quem será indiciado, e, quiçá, futuramente

---

<sup>11</sup> NUCCI, op. cit., 169.



condenado, será o titular da carteira e não o criminoso, sem que exista possibilidade de aferição da verdade se não for feita a identificação datiloscópica criminal. Dúvida sobre a identificação civil significa não estar a pessoa identificada, não podendo pleitear o benefício constitucional. A Lei n. 10.054/2000 regula a identificação criminal e as exceções à sua dispensa do já identificado civilmente, em casos de crimes graves e situações que podem colocar sob suspeita a identificação civil.<sup>12</sup>

Como já colocado, esta regra tornou inaplicável aquela Súmula, considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, LVIII, determina que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo na hipóteses previstas em lei, conforme julgado no Recurso de Habeas Corpus nº 66.881-0/DF:

IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, PORQUE O ACÓRDÃO RECORRIDO DENEGOU O "HABEAS CORPUS" EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELO SUPREMO TRIBUNAL (SÚMULA N. 568). CONCEDE-SE, PORÉM, A ORDEM, DE OFÍCIO, ANTE A GARANTIA INSERTA NO ART. 5, LVIII, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, ULTERIORMENTE PROMULGADA E TENDO EM VISTA QUE A PACIENTE JÁ SE ACHA CIVILMENTE IDENTIFICADA.

(STF - 1ª T.; RHC nº 66.881-0-DF; rel. Min. Octávio Gallotti; j. 07.10.1988; v.u.; DJU, 11.11.1988, p. 29.310, ementa.)

Com a promulgação da Carta Magna de 1988, a Súmula nº 568 foi totalmente superada, faltando, ainda, uma lei que regulamentasse o dispositivo constitucional supramencionado, referente ao processo de identificação criminal.

Greco Filho entende que o comando constitucional de que o civilmente identificado só será submetido à identificação criminal, nas hipóteses previstas em lei,

tornou inaplicável a formulação anterior da Súmula 568 do Supremo Tribunal Federal, que dispunha exatamente o contrário. A lei, porém, pode disciplinar os casos em que, dentro de um critério adequado, ainda a identificação penal continue a ser exigível, a despeito da existência da identificação civil.<sup>13</sup>

Até a publicação de referida lei, a Lei nº 10.054, de 07 de dezembro de 2000, o texto constitucional, era o principal norteador desse processo. No entanto, nesse período sem norma específica, o artigo 109 da Lei

<sup>12</sup> GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 8ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 82.

<sup>13</sup> Ibid., p. 60.

nº 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente e o artigo 5º da Lei nº 9.034/1995, que dispunha sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas (Revogada pela Lei nº 12.850, de 02 de agosto 2013), eram os únicos que permitiam a identificação criminal do civilmente identificado:

O artigo 109 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que “o adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada”.

Diante do excerto, claro, está, que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como regra a não possibilidade de o adolescente civilmente identificado, que tenha cometido ato infracional, ser identificado compulsoriamente. No entanto, *in fine*, este artigo permite que esse adolescente seja submetido à identificação compulsória, havendo dúvida fundada, para confrontação.

Acerca desse assunto, imagine-se o seguinte: um adolescente, X, praticou um ato infracional e momentos antes de seu julgamento, o juiz toma conhecimento de que X tem um irmão gêmeo, que se chama Y. O magistrado, temendo submeter o indivíduo errado a uma medida socioeducativa, determina que sejam coletadas as impressões digitais de X, para que sejam confrontadas com as constantes dos prontuário de identificação civil de X e de Y, já que não se sabe qual deles, realmente, cometeu o ato infracional pendente de julgamento. O exame papiloscópico atesta confronto positivo com Y e, negativo, para X. Com o resultado desse laudo, o juiz tem plena convicção de que, na verdade, trata-se de Y e não, de X, evitando-se, desse modo, erros do Judiciário.

O artigo 5º da Lei nº 9.034/1995 (Revogada pela Lei nº 12.850, de 02 de agosto 2013) estabelecia que “a identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas será realizada independentemente da identificação civil”.

Desse modo, bastava o envolvimento com ações praticadas por organizações criminosas para ser legal a realização da identificação criminal, sendo, este processo, totalmente independente do fato de o envolvido já ter sido identificado civilmente.

Com o advento da Lei nº 10.054/2000, a matéria constitucional passou a ser regulamentada de maneira geral, segundo a qual, poderiam ser submetidos à identificação criminal, inclusive pelo processo datiloscópico e fotográfico, conforme dispõe o artigo 1º:

“o preso em flagrante delito, o indiciado em inquérito policial, aquele que praticasse infração penal de menor gravidade, assim como aqueles contra os quais tivesse sido expedido mandado de prisão judicial, desde que não identificados civilmente”.

Encontrou-se, a respeito desse tema, seguinte entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL DOS CIVILMENTE IDENTIFICADOS. ART. 3º, CAPUT E INCISOS, DA LEI Nº 10.054/2000. REVOGAÇÃO DO ART. 5º DA LEI Nº 9.034/95.

O art. 3º, caput e incisos, da Lei nº 10.054/2000, enumerou, de forma incisiva, os casos nos quais o civilmente identificado deve, necessariamente, sujeitar-se à identificação criminal, não constando, entre eles, a hipótese em que o acusado se envolve com a ação praticada por organizações criminosas. Com efeito, restou revogado o preceito contido no art. 5º da Lei nº 9.034/95, o qual exige que a identificação criminal de pessoas envolvidas com o crime organizado seja realizada independentemente da existência de identificação civil. Recurso provido.

(STJ – 5ª T.; RHC nº 12.965-DF; rel. Min. Felix Fischer; j. 06.10.2003; DJ, 10.11.2003, p. 197)

Assim, entende, o Superior Tribunal de Justiça, que a Lei nº 10.054/2000 enumerou, de forma incisiva, as hipóteses autorizadoras nas quais o civilmente identificado poderá ser submetido à identificação criminal, não constando, entre elas, a em que o acusado se envolve com a ação praticada por organizações criminosas, estando, assim, revogado a artigo 5º da Lei nº 9.034/1995.

Desse modo, a 5ª Turma do STJ concluiu, sobre o assunto, que o preceito do artigo 5º da Lei nº 9.034/1995 teria sido revogado tacitamente pela Lei nº 10.054/2000 que, no artigo 3º estabelecia essas hipóteses em que o

civilmente identificado por documento original poderia ser submetido à identificação criminal:

Art. 3º. O civilmente identificado por documento original não será submetido à identificação criminal, exceto quando:

I – estiver indiciado ou acusado pela prática de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio praticados mediante violência ou grave ameaça, crime de receptação qualificada, crimes contra a liberdade sexual ou crime de falsificação de documento público.

II – houver fundada suspeita de falsificação ou adulteração do documento de identidade;

III – o estado de conservação ou a distância temporal da expedição de documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais;

IV – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;

V – houver registro de extravio do documento de identidade;

VI – o indiciado ou acusado não comprovar, em quarenta e oito horas, sua identificação civil.

Esse artigo estabelecia que o civilmente identificado não seria identificado criminalmente, exceto em alguns casos, em que pudesse recair quaisquer dúvidas sobre o documento de identificação civil apresentado, como na hipótese em que houvesse fundada suspeita de falsificação ou adulteração do documento de identidade, bem como no caso de o estado de conservação ou a distância temporal da expedição do documento apresentado impossibilitasse a completa individualização.

Além disso, se constasse de registros policiais informações sobre o uso de nomes falsos, estaria, a autoridade policial, autorizada a submeter este indivíduo à identificação criminal, mesmo que ele tivesse apresentado documento que comprovasse a sua identidade civil. Claro, diante da incerteza sobre a real identidade dessa pessoa, pelo fato de, em outros momentos de desalinho com a legislação penal brasileira, ter se apresentado com diferentes qualificações e, isso tudo constar dos bancos de informações policiais, estaria, esse indivíduo, por esse motivo, compelido a realizar a sua identificação criminal.

O legislador infraconstitucional também previu que, poderia, a autoridade policial, determinar que se fizesse a identificação criminal

do indivíduo que portasse documento de identidade com registro de extravio, já que, seria lógico pensar que, esta pessoa que portava o documento, não era a que realmente o perdeu.

O último inciso desse artigo, trazia a possibilidade de se identificar criminalmente o indiciado ou acusado que, independentemente do tipo de infração cometida, não apresentasse, dentro de quarenta e oito horas, a sua identificação civil.

Esse artigo dispunha, ainda, sobre a identificação criminal não só pelos aspectos intrínsecos dos documentos apresentados, ou, pela existência de anterior utilização de registros diferentes, ou, pelo extravio de documento, mas também, pelo tipo de infração penal supostamente cometida (inciso I). Assim, o indiciado ou acusado pela prática de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio praticados mediante violência ou grave ameaça, crime de receptação qualificada, crimes contra a liberdade sexual ou crime de falsificação de documento público, poderia ser submetido à identificação criminal, mesmo que tivesse apresentado documento que o identificasse.

Extremamente criticado, o inciso I foi revogado pela nova lei. Andou bem o legislador neste caso, pois não justificava o constrangimento da identificação criminal, o simples critério objetivo de ter cometido este ou aquele delito. (...) Ora, o fato de ter cometido determinado delito, por si só, não pode ser fundamento para submeter o acusado ao constrangimento da identificação criminal. Tal dispositivo, da forma como estava redigido, era considerado inconstitucional, e por isso foi revogado acertadamente.<sup>14</sup>

Sobre esse tema, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidia, durante a vigência da Lei nº 10.054/2000, da seguinte maneira:

CRIMINAL. HC. HOMICÍDIO QUALIFICADO. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL. INCONSTITUCIONALIDADE NÃO VERIFICADA. HIPÓTESE ENQUADRADA PELA EXCEÇÃO LEGAL. ORDEM DENEGADA.

Hipótese em que Tribunal a quo manteve a decisão que determinou a identificação criminal do paciente, denunciado por homicídio qualificado. Acusado que se enquadra na exceção prevista na Constituição e na legislação ordinária, não existindo qualquer ilegalidade ser reparada na via eleita.

---

<sup>14</sup> PIMENTEL, Fabiano. Identificação Criminal: novos contornos. **Revista Magister de Direito Penal e Processo Penal**, Porto Alegre, Revista Magister, v. 6, n. 32, p. 79, out./nov. 2009.

Ordem denegada.”

(STJ – 5ª T.; HC nº 54.359-CE; rel. Min. Gilson Dipp; j. 20.04.2006; DJ, 15.05.2006, p. 271)

Apesar desse entendimento, em virtude das inconstitucionalidades previstas no artigo 3º da Lei nº 10.054/2000, como a possibilidade de se identificar criminalmente acusados de envolvimento em casos de homicídio doloso que já tenham sido identificados civilmente, o legislador se viu obrigado a editar norma específica acerca da identificação criminal que fosse coerente com o comando constitucional.

Com o intuito de sanar estes dispositivos inconstitucionais, foi publicada a lei acerca da identificação criminal do civilmente identificado, Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que revogou expressamente a Lei nº 10.054/2000 e regulamentou o artigo 5º, inciso LVIII, da Carta Constitucional de 1988.

## **2.2 A Lei nº 12.037/2009**

A Lei nº 12.037/2009 regulamentou o disposto no inciso LVIII do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao disciplinar a identificação criminal do civilmente identificado.

Esse comando constitucional prevê que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”, sendo a Lei nº 12.037/2009, a que disciplina as situações em que permite-se tal procedimento, ainda que haja a identificação civil.

Nesse sentido, estabelece a Lei nº 12.037/2009, já no artigo 1º que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta Lei”.

Assim, fica claro, segundo a leitura desse artigo, que a identificação criminal do civilmente identificado está na legislação pátria como uma exceção à regra: nosso sistema jurídico permite que a identificação criminal

seja realiza, sem qualquer constrangimento àquele que nunca foi identificado civilmente, mas, para os casos em que há a identificação civil, apenas poderá ser realizada a criminal, se for o caso de uma das hipóteses previstas na Lei nº 12.037/2009.

Nesse diapasão, um indivíduo, acusado ou indiciado de ter cometido infração penal, que já tiver sido identificado civilmente, só será submetido ao processo de coleta de impressões digitais e foto, nos casos previstos na Lei de Identificação Criminal, Lei nº 12.037/2009.

Essa lei também esclarece a composição do processo de identificação criminal: segundo o *caput* do artigo 5º, “a identificação criminal incluirá o processo datiloscópico e o fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial ou outra forma de investigação”.

Por meio do primeiro processo, coletam-se as impressões digitais do acusado com a finalidade de que sejam confrontadas com as impressões, da pessoa que o acusado diz ser, constantes de registro de identificação civil em órgãos estaduais e federais.

Já a segunda individualização, qual seja, a fotográfica, permite que, num primeiro momento, as autoridades o reconheçam e, num segundo, que à própria população seja permitida a individualização da fisionomia dessa pessoa, envolvida em infração de natureza penal.

Para Oliveira, “a identificação *fotográfica* traz a marca indelével da temporalidade, o que permite a identificação contemporânea da pessoa, em relação aos fatos eventualmente a ela imputados”<sup>15</sup>.

Assim, entende, esse autor que, com o decorrer do tempo, a modificação dos aspectos faciais da pessoa pode dificultar o seu

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 15. ed., ver. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

reconhecimento por testemunhas, o que seria minimizado com o registro fotográfico.

Claro, a fotografia individualiza o suspeito numa data próxima a de ocorrência do fato delituoso, de modo que, mesmo que se passem muitos anos entre esta data e a do julgamento, não será difícil para as testemunhas reconhecerem-no com base no registro fotográfico feito à época dos fatos.

A Lei nº 12.037/2009, que trata da identificação criminal do civilmente identificado, legislou de forma mais completa esse assunto, além de disciplinar conceitos, não abordados nas legislações pretéritas.

A primeira inovação trazida pela atual lei de identificação criminal está presente no artigo 2º, no qual o legislador elencou um rol de documentos que podem servir para identificar alguém, evitando-se, assim, o constrangimento da identificação criminal, *in verbis*:

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

I – carteira de identidade;

II – carteira de trabalho;

III – carteira profissional;

IV – passaporte;

V – carteira de identificação funcional;

VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.

Parágrafo único. Para as finalidades desta Lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.

Como o primeiro destes documentos, destaca-se a carteira de identidade, também denominada registro geral. Apesar deste nome, este registro de identificação civil não tem nada de geral, já que cada nacional pode fazer uma carteira de identidade em cada um dos 26 Estados, bem como no Distrito Federal, totalizando 27 registros gerais.

Pelo registro de identificação civil, faz-se a coleta decadatilar das impressões digitais e a fotografia do identificado. Além disso, preenche-se o cadastro que deve conter as informações civis do identificado,



constantes de certidão de nascimento, no caso de o mesmo ser o solteiro, ou de certidão de casamento, se não solteiro – casado, viúvo, separado, divorciado.

Os outros documentos que podem ser utilizados para comprovar a identidade civil, segundo a Lei nº 12.037/2009, são: a carteira de trabalho, a carteira profissional, o passaporte e a carteira de identificação funcional.

Contudo, apesar de este diploma infraconstitucional não ter mencionado a carteira nacional de habilitação, este documento continua hábil a ser apresentado como identificador civil, uma vez que o inciso VI, do artigo 2º, abre a possibilidade de outros documentos oficiais serem utilizados na identificação de uma pessoa, inclusive, os documentos de identificação militar, conforme disposto no parágrafo único desse artigo.

Lima faz uma ressalva sobre isso:

Apesar de o art. 2º, inc. VI, da Lei nº 12.037/2009, fazer menção à qualquer *outro documento público que permita a identificação do indiciado*, queremos crer que uma certidão de nascimento, por si só, não é capaz de identificar civilmente o indivíduo, haja vista não ser dotada de fotografia. Aliás, o próprio art. 3º, inc. II, da Lei nº 12.037/2009, autoriza a identificação criminal quando o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado.<sup>16</sup>

Além dessa inovação, essa lei determina, para que não haja prejuízo e constrangimento desnecessários, as hipóteses em que os processos datiloscópico e fotográfico serão realizados.

Extrai-se do artigo 3º da Lei nº 12.037/2009 os casos em que a identificação criminal do civilmente identificado será permitida:

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

I – o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;

II – o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;

III – o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;

IV – a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa;

---

<sup>16</sup> LIMA, op. cit., p. 156.

V – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;

VI – o estado de conservação ou a distância temporal ou da localidade da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais.

Parágrafo único. As cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, ainda que consideradas insuficientes para identificar o indiciado.

Conforme estabelece esse artigo, sempre que o documento apresentado não for suficiente pra identificar cabalmente o indivíduo (inciso II), ou, apresentar rasura ou tiver indício de falsificação (inciso I), cabe à autoridade policial providenciar a identificação criminal do investigado, para que não haja qualquer erro em relação à real identidade desse indivíduo, já que o documento, por si só, não é capaz de comprová-la.

Sobre a possibilidade de identificação criminal, tendo por base indício de falsificação de documento civil, encontrou-se recente julgado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ART. 581, I, CPP. RECEBIMENTO DE DENÚNCIA. IDENTIFICAÇÃO CIVIL E FÍSICA DO DENUNCIADO. ART. 5º, LVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 41 E 259, CPP. ART. 3º DA LEI 12.037/09.

1. Depreende-se de uma interpretação sistemática da legislação que, conquanto a identificação civil seja suficiente para a instauração de inquérito policial e mesmo para a propositura de ação criminal, é necessário que haja insofismável certeza sobre a identificação física do investigado.

2. Determina o art. 3º da Lei 12.037/09 que, havendo indício de falsificação no documento de identificação civil, torna-se imperiosa a identificação criminal do indiciado, o que implica dizer que é necessário o seu comparecimento perante a autoridade policial para que sejam colhidos dados dactiloscópicos e fotográficos. (grifou-se)

3. Caso em que, embora existam indícios de materialidade delitiva de crime de estelionato contra a Previdência Social, não logrou a investigação policial identificar fisicamente o denunciado.

4. Recurso desprovido.

(TRF-3 - RSE: 3134 MS 0003134-57.2011.4.03.6005, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES, Data de Julgamento: 10/09/2013, SEGUNDA TURMA)

A respeito da identificação criminal, em caso de o documento apresentado não identificar cabalmente o indiciado, encontrou-se a seguinte decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NÃO CONFIGURADO. PENA-BASE. AGRAVANTES DO ART. 62, I, DO CÓDIGO PENAL E DE PAGA OU RECOMPENSA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/6. QUANTUM DA REDUÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. A Lei 12.037/09 regulamenta a identificação criminal do civilmente identificado, seguindo comando da Constituição da República (artigo 5º, inciso LVIII), revogando a antiga Lei nº 10.054/00. O art. 3º da aludida Lei previu que, embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado, como ocorreu na espécie. Nulidade afastada. (grifou-se)

2. Observa-se pelas declarações da própria ré, que guarda harmonia com as demais provas dos autos, que, de fato, houve tráfico internacional de cocaína, com a internação e o transporte da droga originária da Bolívia no território nacional. Não há, portanto, que se falar em incompetência da Justiça Federal para o julgamento da causa, visto tratar-se, sim, de tráfico internacional, bem como correta a aplicação da causa de aumento de pena decorrente da internacionalidade do tráfico.

3. Presos os acusados, transportando pouco menos de 1 (um) quilo de cocaína, e sendo eles primários e sem antecedentes criminais, não há justificativa para majoração das penas-base acima do mínimo legal.

4. Não há que se falar na atenuante da confissão espontânea em face da pena mínima aplicada. Óbice na Súmula 231 do STJ.

5. A promessa de paga ou recompensa são inerentes ao comércio proibido de drogas, motivo pelo qual não deve ser aplicada a agravante do art. 62, IV, do Código Penal, sobre as penas do acusado.

6. Não incidência da agravante prevista no art. 62, I, do CP, porquanto não há provas acerca da liderança exercida pelo réu.

7. O acusado que preenche os requisitos do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06 - ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar às atividades criminosas nem integrar organização criminosa - tem direito subjetivo à redução de pena prevista nesse dispositivo. O quantum da redução deve ser fixado pelo Juiz, observando-se as circunstâncias do crime e as condições pessoais do acusado, circunstâncias que, no caso, autorizam a redução de pena no patamar máximo. Nestes autos, apenas a ré faz jus ao benefício.

8. Afastado pelo STF o óbice imposto pela Lei n. 11.343/06 para a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em face de sua flagrante inconstitucionalidade. Somente a ré faz jus à análise das condições previstas no art. 44 do Código Penal para a concessão do benefício. O quantum da pena imposta à acusada (inferior a 04 anos de reclusão) e as condições pessoais (primária, sem antecedentes) indicam que a substituição é medida aplicável ao caso.

9. O fato de a acusada ser estrangeira não impede a concessão do benefício de substituição de pena, porquanto a Constituição assegura sua igualdade com nacionais.

10. A tese do exercício da autodefesa, por meio de uso de documento falso para ocultar a verdadeira identidade do acusado, não tem o

condão de afastar a tipicidade da conduta. Precedentes do STF. 11. Apelo dos réus parcialmente providos.

(TRF-1 - ACR: 10975 MT 0010975-97.2011.4.01.3600, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO, Data de Julgamento: 01/10/2012, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.296 de 11/10/2012)

Além dessas hipóteses legislativas, também há a que estabelece que, se o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si (inciso III), o mesmo poderá ser identificado criminalmente, uma vez que não se conseguirá determinar qual dos documentos representa a verdadeira identidade do investigado, bastando para tanto, o confronto papiloscópico entre as impressões digitais coletadas na identificação criminal e as constantes dos prontuários de identificação civil, referentes às carteiras portadas pelo indiciado.

Sobre as referidas disposições legislativas (art. 3º, incisos I, II, III, da Lei nº 12.037/2009) Pimentel considera que:

Se o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação; se o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado; o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si, veja-se que existe dúvida sobre a autenticidade do documento, ou, pelas suas condições, não se pode identificar o acusado da conduta delituosa. Assim, justifica-se a identificação criminal pela má conservação ou suspeita de falsidade do documento de identificação civil.<sup>17</sup>

Também há a previsão de identificação criminal quando esta for essencial às investigações policiais (inciso IV), devendo, para isso, estar determinada segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa.

A respeito dessa hipótese, Lima ensina que

Nesse caso, diversamente das hipóteses anteriores e seguintes, faz-se necessária autorização judicial. Ademais, apesar de o legislador referir-se apenas à representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa, pensamos que não se pode excluir a possibilidade de o ofendido representar pela identificação criminal nas hipóteses de crimes de ação penal privada. Isso porque, caso não seja determinada a identificação criminal, estar-se-á a inviabilizar o exercício do direito de queixa, já que o ofendido não terá elementos

---

<sup>17</sup> PIMENTEL, op. cit., p. 79-80.

precisos acerca da pessoa em relação à qual o processo criminal deva ser deflagrado. [...]

Ainda em relação à possibilidade de identificação criminal quando esta for essencial às investigações policiais (Lei nº 12.037/2009, art. 3º, IV), a doutrina entende que, se acaso a defesa solicitar a identificação, com o objetivo de eventualmente excluir sua responsabilidade, não haverá qualquer problema, pois será possível para a prova de sua inocência. Todavia, entende-se que não se pode obrigar o investigado a contribuir com as investigações, e qualquer decisão judicial que lhe obrigue a fornecer impressões digitais para fins probatórios – e não de sua identidade – será afrontoso ao princípio constitucional que veda a autoincriminação. Não se pode, portanto, impor ao investigado que contribua ativamente com as investigações, sobretudo mediante o fornecimento de saliências papilares que possam vir a incriminá-lo. Se for o caso, deve-se buscar junto aos bancos de dados públicos (v.g., Institutos de Identificação) eventuais saliências papilares do investigado, já fornecidas em outras situações, para se realizar a comparação com as impressões digitais eventualmente encontradas no local ou na arma do crime.<sup>18</sup>

Lima destaca que, dentre as previsões legais do artigo 3º da Lei 12.037/2009, essa, trata-se da única que necessita, obrigatoriamente, de autorização judicial e que, além disso, o ofendido, em caso de ação penal privada, poderá representar a identificação criminal.

Oliveira também tece comentários a respeito da possibilidade de identificação criminal mediante autorização judicial:

Como se vê, a nova legislação que revoga a Lei nº 10.054/00, modifica sensivelmente o tratamento do indiciado, somente admitindo a identificação criminal daquele civilmente identificado em situações em que se possa questionar a aludida identificação (art. 3º, I, II, III, V e VI) pelos aspectos intrínsecos dos documentos apresentados, ou, também, pela existência de anterior utilização de registros diferentes. Fora de tais hipóteses, somente por autorização judicial se determinará a medida (de identificação criminal do civilmente identificado). Obviamente, a decisão judicial haverá que ser fundamentada, orientando-se por tais eventuais necessidades acautelatórias da investigação ou mesmo no interesse no indiciado. Não são raros os casos de homonímia e de dúvidas sobre a fotografia do documento e sua correspondência com a pessoa investigada.<sup>19</sup>

Sobre o inciso IV do artigo 3º da Lei nº 12.037/2009, Pimentel argumenta que,

A nova redação importa mais um conceito subjetivo. Poder-se-ia perguntar: Quando a Identificação criminal é indispensável à investigação? Esse conceito somente poderá ser analisado caso a caso, pelo magistrado, que deverá fazer o controle do ato, somente determinando a identificação em casos de extrema necessidade,

<sup>18</sup> LIMA, op. cit., p. 157-158.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 399-400.

fundamentando minuciosamente sua decisão. Interessante que esse requerimento também poderá ser feito pela Defesa. Parece, a priori, estranho tal procedimento, mas não é. Veja-se que tal hipótese pode servir para comprovar tese de negativa de autoria, por exemplo. Com a identificação criminal, o advogado pode demonstrar que o indiciado é inocente, comprovando sua verdadeira identidade.<sup>20</sup>

Um dispositivo desse artigo que não inova, pois já previsto na revogada Lei nº 10.054/2000, trata-se do que prevê a identificação criminal se, constar de registros policiais informações sobre o uso de outros nomes ou diferentes qualificações (inciso V, artigo 3º da Lei nº 12.037/2009). Assim, estará, a autoridade policial, autorizada a submeter este indivíduo à identificação criminal, mesmo que ele apresente documento que comprove a sua identidade civil. Isso foi previsto pelo legislador, pois, há incerteza sobre a real identidade dessa pessoa, pelo fato de, em outros momentos, ter se apresentado com diferentes qualificações e, isso tudo constar dos bancos de informações policiais.

O último inciso do artigo 3º da Lei 12.037/2009 trata da hipótese de identificação criminal do investigado pelo fato de o estado de conservação ou a distância temporal ou da localidade da expedição do documento apresentado impossibilitar a completa identificação dos caracteres essenciais (inciso VI).

Ressalta-se, aqui, o entendimento de Lima sobre esse tema:

Parece ter havido um equívoco do legislador ao dispor que será possível a identificação criminal quando a localidade distante da expedição do documento impossibilitar a completa identificação dos caracteres essenciais. Ora, o fato de alguém identificar-se civilmente na cidade de Pacaraima (Roraima) com uma carteira de identidade em perfeitas condições expedida em Santa Maria (Rio Grande do Sul), por si só, não é fundamento suficiente para sua identificação criminal, a não ser que presente uma das hipóteses anteriores.<sup>21</sup>

Assim, claro, está, que, Lima discorda com o legislador quando este dispõe no inciso VI do artigo 3º da Lei 12.037/2009 a possibilidade de identificação criminal pelo simples fato de a localidade de expedição do documento ser distante da que o investigado estiver apresentando o documento de identificação civil.

---

<sup>20</sup> PIMENTEL, op. cit., p. 80.

<sup>21</sup> LIMA, op. cit., p. 158.

Nucci ressalta que na Lei nº 12.037/2009, “não há mais um rol de crimes, impondo a obrigatoriedade da identificação criminal. Esta passa a ser regida pelo critério da conveniência da investigação policial, independentemente do delito cometido”<sup>22</sup>. Esse destaque faz-se necessário, pelo motivo de que o artigo 3º da revogada Lei nº 10.054/2000 previa que o indiciado ou acusado pela prática de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio praticados mediante violência ou grave ameaça, crime de receptação qualificada, crimes contra a liberdade sexual ou crime de falsificação de documento público, poderia ser submetido à identificação criminal, mesmo que tivesse apresentado documento que o identificasse.

Assim, afora as hipóteses do artigo 3º da Lei nº 12.037/2009, basta que a pessoa apresente documento oficial que possibilite a verificação de sua identidade, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.037/2009 supracitado. Caso contrário, poderá ser impetrado *Habeas Corpus*, por desrespeito à garantia constitucional, já que a pessoa sofrerá violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, uma vez que, desde a Reforma Constitucional de 1926 o *Habeas Corpus*, no Brasil, é a ação destinada a esse fim.

Dessa maneira, para evitar ilegalidades, dispõe, o artigo 4º da Lei nº 12.037/2009, que “quando houver necessidade de identificação criminal, a autoridade encarregada tomará as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificado”.

Em caso de recusa por parte do acusado ou indiciado, sendo cabível, será, o mesmo, conduzido coercitivamente a realizar a identificação criminal determinada pela autoridade solicitante.

Entende Capez que, “recusando-se à identificação, nas hipóteses legais, o indiciado será conduzido coercitivamente à presença da

---

<sup>22</sup> NUCCI, loc. cit.

autoridade (CPP, art. 260), podendo, ainda, responder por crime de desobediência”<sup>23</sup>.

Ainda, sobre esse assunto, Lima leciona que, estando

Presente uma das hipóteses do art. 3º da Lei nº 12.037/2009, e recusando-se o investigado a colaborar, é perfeitamente possível sua condução coercitiva, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal pelo delito de desobediência. Nesse sentido, aliás, dispõe o art. 260 do CPP que se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou *qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado* – é o caso da identificação criminal – a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença.<sup>24</sup>

O mesmo entendimento foi encontrado na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

APELAÇÃO CRIMINAL. REINGRESSO DE ESTRANGEIRO EXPULSO. COMPETÊNCIA. CRIME PERMANENTE. VISTAS À ACUSAÇÃO APÓS ALEGAÇÕES FINAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI NÃO CONFIGURADA. REGULAR CONDUÇÃO COERCITIVA PARA IDENTIFICAÇÃO. AUTORIA. DOLO. DOSIMETRIA. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1 - O réu, identificando-se com documento falso, foi condenado pelo crime de furto na Justiça Estadual desta Capital. No dia 08/05/2008, ao ser colocado em liberdade em virtude de Alvará de Soltura, apresentou-se à Delegacia de Polícia da Imigração para verificações de praxe, sendo constatado pelas impressões digitais apresentadas que tinha uma condenação anterior por tráfico de entorpecentes e que já fora expulso do Brasil com seu verdadeiro nome. (grifou-se)

2 - O entendimento consagrado nesta Corte é de que o crime do artigo 338 do Código Penal é de natureza permanente e não instantâneo, tendo em vista que sua consumação se prolonga no tempo, perdurando o ilícito e o estado de flagrância enquanto o estrangeiro, expulso, reingressar e permanecer ilegalmente em território nacional.

3 - O fato de o magistrado "a quo" ter remetido os autos ao Ministério Público Federal para que este falasse sobre as preliminares suscitadas pela defesa nas alegações finais não feriu os princípios da ampla defesa ou do contraditório, afinal, quando da manifestação do órgão acusatório, não houve qualquer nova alegação, de forma que não há que se falar em limitação das possibilidades de reação dos acusados, que tiveram participação efetiva em toda a instrução criminal. Ademais, à luz do princípio "pas de nullité sans grief", consubstanciado no artigo 563 do Código de Processo Penal, não se declara nulidade de ato processual sem a necessária comprovação de prejuízo para uma das partes, o que não ocorreu no caso concreto.

4 - Sobre a inconstitucionalidade do delito imputado sob o fundamento de que se trata de verdadeira pena perpétua, razão também não cabe à i. defesa. A expulsão é uma medida administrativa-preventiva de polícia, prevista em Lei específica, adotada pelo Estado com suporte

<sup>23</sup> CAPEZ, loc. cit.

<sup>24</sup> LIMA, op. cit., p. 159.



no poder político, e fundamentada no legítimo poder de defesa da soberania nacional. A vedação à prisão perpétua se refere à sanção penal, que impõe a privação de liberdade e tem finalidade retributiva e regenerativa, o que não é o caso da expulsão, que visa a saída compulsória do estrangeiro que se mostrou perigoso à ordem e à segurança pública, não havendo que se falar em pena perpétua ou inconstitucionalidade de Lei.

5 - Não é possível entender pela nulidade da prova obtida por condução coercitiva do réu à Delegacia de Imigração da Polícia Federal, após a expedição de alvará de soltura pela Justiça Estadual. Trata-se de procedimento regular adotado pela Polícia Federal, a quem compete o controle migratório. Ademais, o réu não apresentou documento civil de identificação, sendo compelido a fornecer suas impressões datiloscópicas, nos termos do artigo 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal. (grifou-se)

6 - Autoria e materialidade comprovadas. Segundo declaração do próprio apelante, imediatamente à sua expulsão, reingressou no Brasil e se dirigiu a cidade de São Paulo, praticando pequenos furtos e identificando-se ora com documentos falsos, permanecendo nesta condição até o fato ocorrido nestes autos.

7 - A alegação de desconhecimento da proibição de retorno ao país não se sustenta. O réu foi expulso do país no dia 10/03/2006, conforme expressamente consignado no respectivo Termo de Expulsão, constando no referido documento, inclusive, a advertência de que, caso reingressasse no território brasileiro, estaria sujeito às penalidades previstas no artigo 388 do Código Penal. Ademais, o fato de o réu reingressar e permanecer no país munido de documento falso, ciente da inautenticidade, demonstra inequívoco conhecimento da ilicitude de sua conduta.

8 - Sobre a dosimetria, a pena base deve ser mantida um pouco acima do mínimo legal. O réu foi expulso do país pelo cometimento de crime assemelhado a hediondo, retornando imediatamente após sua expulsão e aqui permanecendo durante anos, praticando furtos e identificando-se com documentos falsos, inclusive perante a autoridade policial. Tudo a demonstrar uma culpabilidade acima da média, merecendo uma maior reprovabilidade social. Mantida a incontestável reincidência, a pena resta definitivamente fixada em 01 ano, 06 meses e 20 dias de reclusão, sem prejuízo de nova expulsão, após o cumprimento da pena.

9 - Regime de cumprimento de pena mantido no inicialmente fechado, uma vez que as circunstâncias judiciais mencionadas quando da fixação da pena base assim o recomenda, conforme dispõe o artigo 33, § 3º, do Código Penal.

10 - Pelo mesmo motivo, a pena privativa de liberdade não pode ser substituída por restritivas de direito, nos termos do artigo 44, inciso III, do Código Penal.

(TRF-3 - ACR: 8522 SP 0008522-97.2008.4.03.6181, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL CECILIA MELLO, Data de Julgamento: 16/04/2013, SEGUNDA TURMA)

Assim, tanto doutrina quanto jurisprudência entendem que sempre que for cabível a identificação criminal e, recusando-se o investigado,

será, o mesmo, conduzido coercitivamente a colaborar com a investigação, mediante determinação da autoridade solicitante.

De acordo com o artigo 6º da Lei 12.037/2009, “é vedado mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória”.

Pimentel considera que, “agasalhando o princípio constitucional da não culpabilidade, o legislador de piso acertadamente impõe o sigilo das informações colhidas através da identificação criminal para fins civis”<sup>25</sup>.

Nesse sentido, Moreira, leciona:

Por fim, em perfeita consonância com o princípio da presunção de inocência e com o parágrafo único do art. 20 do CPP, veda-se ‘mencionar a identificação criminal do indiciado em atestado de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória’ (art. 6º). A inobservância deste mandamento pode ser remedida pela utilização do *habeas corpus*, pois, como se sabe, esta garantia constitucional deve ser também conhecida sempre que alguém sofrer *ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*. Logo, se a medida foi abusiva (não necessária), cabível a utilização do *habeas corpus* que visa a tutelar a liberdade física, a liberdade de locomoção do homem: *iusmanendi, ambulandi, eundi ultrocitroque*.<sup>26</sup>

Sobre este artigo, Oliveira esclarece que, “o que é proibido, sobretudo em relação ao atestado de antecedentes, é a remessa da identificação à autoridade que não seja o juiz criminal. É dizer: a regra é que a identificação criminal se destine apenas ao juiz criminal, se antes do trânsito em julgado”<sup>27</sup>.

Conforme disciplina o artigo 7º dessa Lei, se for o caso de “não oferecimento da denúncia, ou sua rejeição, ou absolvição, é facultado ao indiciado ou ao réu, após o arquivamento definitivo do inquérito, ou trânsito em julgado da sentença, requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo, desde que apresente provas de sua identificação civil”.

---

<sup>25</sup> PIMENTEL, op. cit., p. 81.

<sup>26</sup> MOREIRA, Rômulo de Andrade. **A nova lei de identificação criminal**. Disponível em: [http://www.editoramagister.com/doutrina\\_ler.php?id=571&page=1](http://www.editoramagister.com/doutrina_ler.php?id=571&page=1). Acesso em: 8 out. 20013.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 400.

Oliveira ensina que,

a previsão de retirada da identificação criminal em autos de inquérito policial (art. 7º), sobretudo no caso de não oferecimento da denúncia (arquivamento, pois) nem sempre se justificará. É que, razões de arquivamento repousarem em ausência de provas, e, a depender do delito investigado, pode ser absolutamente necessária a manutenção da identificação criminal, com o objetivo de permitir a maior abrangência de novas investigações e para evitar também a repetição de procedimentos já realizados. No caso de absolvição, não. O afastamento concreto da pretensão punitiva, naquele caso, justificaria a retirada dos autos.<sup>28</sup>

Como citado, Oliveira entende que a retirada da identificação criminal dos autos do inquérito policial nem sempre, nos casos de arquivamento, justificar-se-á; porém, esse autor concorda que a mesma não deverá permanecer nesses autos, quando se tratar de hipótese de afastamento da pretensão punitiva, diga-se, absolvição.

Já, Lima tem a seguinte opinião:

Objetivando preservar a imagem da pessoa identificada criminalmente, prevê a Lei nº 12.037/2009 que, no caso de não oferecimento da denúncia, ou sua rejeição, ou sua absolvição, é facultado ao indiciado ou ao réu, após o arquivamento definitivo do inquérito, ou trânsito em julgado da sentença, requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo, desde que apresente provas de sua identificação civil (art. 7º). Perceba-se que a lei previu apenas a retirada da identificação fotográfica. Logo, a identificação datiloscópica deve permanecer nos autos do inquérito ou processo criminal.<sup>29</sup>

Como a identificação criminal faz-se por composição de duas identificações, a datiloscópica e a fotográfica e, sendo que o artigo 7º estabelece as hipóteses em que a identificação fotográfica deva ser retirada dos autos do inquérito ou do processo criminal, mas não, a identificação datiloscópica, a qual permanecerá nos autos.

Como exposto, a Lei nº 12.037/2009, veio regulamentar a identificação criminal prevista na Carta Magna, tendo como objetivo disciplinar de forma completa o tema e sanar quaisquer dúvidas, divergências e inconstitucionalidades que as demais legislações poderiam suscitar.

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 400.

<sup>29</sup> LIMA, loc. cit.

### **3 VIABILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.037/2009 AOS ADOLESCENTES**

Neste capítulo, investigar-se-á a possibilidade de aplicação da atual Lei de Identificação Criminal, Lei nº 12.037/2009, ao adolescente, suspeito de ter praticado conduta descrita como ato infracional, analisando-se, assim, os principais conceitos e institutos dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, pertinentes ao desenvolvimento desta investigação.

#### **3.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990**

O artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes, foi regulamentado pela Lei nº 8.069/1990, a qual disciplina sobre a proteção integral tanto à criança quanto ao adolescente (art. 1º, Lei nº 8.069/1990).

Percebe-se, por esse artigo primeiro, que o Estatuto da Criança e do Adolescente recepcionou a Doutrina da Proteção Integral que, segundo entende Veronese, implica, sobretudo:

1 – A infância e adolescência admitidas como prioridade imediata e absoluta exigindo uma consideração especial, o que significa que a sua proteção deve sobrepor-se a quaisquer outras medidas, objetivando o resguardo de seus direitos fundamentais.

2 – O princípio do melhor interesse da criança, que não deve ser visto de uma forma fantasiosa ou sonhadora, mas como algo concreto, considerando que cabe à família, portanto aos pais ou responsáveis, garantir-lhe proteção e cuidados especiais; ressalta-se o papel importante da comunidade, na sua efetiva intervenção/responsabilização com os infantes e adolescentes, daí decorre a criação dos Conselhos Tutelares e, ainda, a atuação do Poder Público com a criação de meios/instrumentos que assegurem os direitos proclamados.

3 – Reconhece a família como o grupo social primário e ambiente “natural” para o crescimento e bem-estar de seus membros, especificamente das crianças, ressaltando o direito de receber a

proteção e a assistência necessárias, a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade, na idade apropriada.<sup>30</sup>

Assim, essa Doutrina entende que deva existir um tratamento especial a esses sujeitos de direito, de modo que seus direitos fundamentais estejam, sempre, acima de quaisquer outros e, tendo-se por base o princípio do melhor interesse da criança, deva-se assegurar a esta, a proteção e a assistência necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

Digiácomo e Digiácomo lecionam que o enunciado do artigo 101 do ECA

É um reflexo direto da “Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente”, adotada pela Constituição Federal de 1988 (arts. 227 e 228) e pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20/11/1989, por intermédio da “Convenção das Nações Unidas Sobre Direitos da Criança” (Resolução XLIV). No Brasil este texto foi aprovado pelo Dec. Legislativo nº 28/1990, de 14/07/1990 e promulgado pelo Decreto nº 99.710/1990, de 21/11/1990 (passando assim, por força do disposto no art. 5º, §2º, da CF, a ter plena vigência no País). O Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto, vem em resposta à nova orientação constitucional e à normativa internacional relativa à matéria, deixando claro, desde logo, seu objetivo fundamental: a proteção integral de crianças e de adolescentes.<sup>31</sup>

Sobre esse tema, disciplina Elias:

Diferentemente do Código de Menores (Lei n. 6.698, de 10-10-1979), revogado expressamente pelo art. 267 do Estatuto da Criança e do Adolescente, este diploma legal não se restringe ao menor em situação irregular, mas tem por objetivo a proteção integral à criança e ao adolescente. Agora, além de se responsabilizar os pais ou responsáveis pela situação irregular do menor, outorga-se a este uma série infindável de direitos necessários ao seu pleno desenvolvimento.<sup>32</sup>

Esse autor explica que, com a Teoria da Proteção Integral, adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 1º, qualquer criança e adolescente têm seus direitos protegidos pelo Estado, mesmo aqueles que não estejam em situação irregular.

<sup>30</sup> VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: Editora OAB/SC, 2006. p. 10.

<sup>31</sup> DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Curitiba: Ministério Público de do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2010, 11.

<sup>32</sup> ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/1990, de 13 de julho de 1990**. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 1.

Consoante exposto, o Código de Menores, Lei nº 6.698/1979, que restringia a proteção apenas às crianças e aos adolescentes em situações irregulares, foi revogado expressamente pela Lei nº 8.069/1990, a qual, tendo por preceito fundamental a Teoria da Proteção Integral, estabelece que qualquer criança ou adolescente, estando em situação irregular ou não, encontram-se amparados pelo manto protetor do Estado.

### 3.1.1 Conceito de criança e de adolescente

Os conceitos de criança e de adolescente encontram-se esculpidos, no artigo 2º da Lei 8.069/1990, da seguinte maneira:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Digiácomo e Digiácomo expõem que

O presente dispositivo conceitua, de forma *objetiva*, quem é considerado *criança* e quem é considerado *adolescente*, para fins de incidência das disposições contidas no ECA (que em diversas vezes estabelece um tratamento diferenciado para ambas categorias – vide, por, exemplo, o disposto nos arts. 45, §2º e 105, do ECA). Trata-se de um conceito *legal* e estritamente *objetivo*, sendo certo que outras ciências, como a psicologia e a pedagogia, podem adotar parâmetros etários diversos.<sup>33</sup>

A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990 e em vigência desde 23 de outubro de 1990, no artigo 1º, dispõe ser “criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”.

Assim, o legislador baseou-se no critério adotado pelo artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança, ao dispor ser criança a

---

<sup>33</sup> DIGIÁCOMO, op. cit., p. 12.

pessoa até doze anos incompletos e, adolescente, a entre doze e dezoito anos de idade.

### 3.1.2 Conceito de ato infracional

A atual Lei de Identificação Criminal, que dispõe sobre as hipóteses em que o civilmente identificado será submetido à identificação criminal, foi elaborada tendo como foco de aplicabilidade os autores de crime, o que difere do ato infracional, cometido por um adolescente.

Pertinente, faz-se, aqui, conceituar ato infracional. Para isso, buscou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente essa definição. Assim, segundo o artigo 103 da Lei nº 8.069/1990 “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”.

Entendem, Digiácomo e Digiácomo que

Toda conduta que a Lei (Penal) tipifica como crime ou contravenção, se praticada por criança ou adolescente é tecnicamente denominada “ato infracional”. Importante destacar que esta terminologia própria não se trata de mero “eufemismo”, mas sim deve ser encarada com uma norma especial do Direito da Criança e do Adolescente, que com esta designação diferenciada procura enaltecer o caráter extrapenal da matéria, assim como do atendimento a ser prestado em especial ao adolescente em conflito com a lei.<sup>34</sup>

Desse modo, seguindo esse conceito, p.ex., adolescentes não cometem crime de homicídio doloso, mas sim, ato infracional equiparado ao crime de homicídio doloso. Essa diferenciação de nomenclaturas existe, justamente, por serem, esses sujeitos de direito, penalmente inimputáveis (artigo 104, Lei nº 8.069/1990), já que a eles são aplicadas as medidas previstas nesse Estatuto, *in verbis*:

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 146-147.

A Constituição Federal de 1988 também determina que “são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial” (artigo 228).

Como exposto, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que, para a aplicação das medidas previstas nesse Diploma, deva-se considerar a idade, do autor de ato infracional, à época dos fatos.

Assim, p. ex., um ato infracional equiparado ao crime de roubo, cometido durante a adolescência, seguirá as medidas estabelecidas na Lei nº 8.069/1990, mesmo que quando da apuração do ocorrido, a maioridade já tenha sido alcançada. Importa, assim, a idade à data do fato.

Sobre isso, Ishida considera que “a lei recorre a uma presunção de inimputabilidade por meio do critério etário, estipulando a idade de 18 (dezoito) anos. Para aferir a imputabilidade, leva-se em conta a idade no momento da conduta comissiva ou omissiva”<sup>35</sup>.

Além disso, relevante, faz-se, destacar que o Estatuto prevê que tanto criança quanto adolescente, apesar de penalmente inimputáveis, têm capacidade para serem autores de atos infracionais.

Apesar de ambos os sujeitos de direito poderem cometer ato infracional, esse Diploma diferencia o praticado por criança, do que tenha, como autor, adolescente.

Aos adolescentes, o legislador previu a aplicação de medidas socioeducativas, já às crianças, apenas, as medidas de proteção.

Ishida leciona, sobre esse tema, que,

Seguindo-se a doutrina da proteção integral e considerando ser a criança ou adolescente pessoa em desenvolvimento, o legislador elaborou regras diferenciadas. Assim, para o menor de 18 anos na data da conduta, afastou a aplicação da pena. Como medida de reeducação, estabeleceu a medida socioeducativa, mas limitou-se à pessoa entre 12 e 18 anos (adolescente). Finalmente, nesse escopo do ECA, vedou a aplicação da medida socioeducativa à criança, adotando o critério biológico para afastar a aplicabilidade da mesma.

---

<sup>35</sup> ISHIDA, op. cit., p. 219.



Como último recurso pedagógico, entendeu cabível o legislador apenas a aplicação de medida de proteção à criança.<sup>36</sup>

Assim, são medidas que podem ser aplicadas aos adolescentes:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Já às crianças que tenham cometido ato infracional, somente correspondem as medidas previstas no artigo 101 da Lei nº 8.069/1990. Sobre o assunto:

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 228.

Esse também faz-se o entendimento de Digiácomo e Digiácomo:

A criança autora de ato infracional não está sujeita à aplicação de medidas socioeducativas (relacionadas no art. 112, do ECA), mas apenas a medidas de proteção (relacionadas no art. 101, do ECA), que deverão ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, juntamente com medidas específicas destinadas aos pais os responsáveis.<sup>37</sup>

Oportuno, torna-se, esclarecer que as medidas socioeducativas não são penas: estas possuem caráter essencialmente punitivo; aquelas têm caráter pedagógico que, objetivando a não reincidência do adolescente que tenha cometido ato infracional, trata, para tanto, de educa-lo, e não, de puni-lo.

### **3.1.3 Procedimento de apuração de ato infracional**

Tem-se, como objeto de estudo nesta pesquisa, apenas os atos infracionais cometidos por adolescentes, já que às crianças, como visto no subitem 3.1.2, são aplicadas as medidas do artigo 101 da Lei nº 8.069/1990.

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê os procedimentos que devem ser seguidos na apuração de ato infracional cometido por adolescentes:

“O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária” (artigo 171, ECA), já “o apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente” (artigo 172, ECA). Neste caso, estabelece o parágrafo único do Artigo 172 da Lei nº 8.069/1990:

Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em co-autoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.

---

<sup>37</sup> DIGIÁCOMO, op. cit., p. 148.

Consoante dispõe o artigo 173 do Estatuto, do flagrante de ato infracional cometido mediante violência, lavrar-se-á auto de apreensão, *in verbis*:

Art. 173. Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, sem prejuízo do disposto nos arts. 106, parágrafo único, e 107, deverá:

I - lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente;

II - apreender o produto e os instrumentos da infração;

III - requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.

Parágrafo único. Nas demais hipóteses de flagrante, a lavratura do auto poderá ser substituída por boletim de ocorrência circunstanciada.

Como exposto, apenas nas hipóteses de flagrante de ato infracional cometido mediante violência tem-se a obrigatoriedade da lavratura de auto de apreensão, nos demais casos, há a possibilidade de substituí-lo por boletim de ocorrência circunstanciada.

Assim, a nomenclatura usual de procedimento policial de apuração de ato infracional, faz-se ou auto de apreensão ou boletim de ocorrência circunstanciada.

### **3.2 A identificação compulsória de adolescentes conforme o artigo 109 da Lei 8.069/1990 e a Lei nº 12.037/2009**

O Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê no artigo 109, que “o adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada”.

A identificação compulsória, de que trata esse artigo, abrange os mesmos processos da identificação criminal, no entanto, leva outra denominação, respeitando-se, assim, o fato de os adolescentes estarem submetidos a um regime jurídico diferenciado.

Nesse sentido, a identificação compulsória do artigo 109, da Lei nº 8.069/1990, compreende a individualização datiloscópica, bem como, a fotográfica.

Sobre isso, Leciona, Veronese, que o artigo 109 do Estatuto estabelece que

A única exceção possível apresenta-se nos casos de fundada desconfiança sobre a veracidade do documento, dando margem à possibilidade de identificação compulsória (datiloscópica, fotográfica), nos termos da lei. A submissão de adolescente a vexame ou constrangimento é crime previsto no artigo 232 do Estatuto.<sup>38</sup> (grifou-se)

Rossato, Lépore e Cunha ensinam que “a regra contida no art. 109, do Estatuto, encontra amparo no art. 5.º, LVIII, da Constituição Federal, segundo a qual a identificação compulsória, pelos órgãos policiais, constitui medida excepcional”<sup>39</sup>.

Cury considera que

O art. 109 deve ser interpretado à luz do inc. LVIII do art. 5º da CF e representa a sétima garantia individual (adstrita à garantia da presunção de inocência), expressamente absorvida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, confortando-se às nuances específicas do tratamento jurídico deste, mas criando uma ressalva – quanto à identificação criminal – que, segundo pensamos, merece reparos.<sup>40</sup>

O inciso LVIII do artigo 5º da Constituição da República, dispõe que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”.

Sobre isso, Cury leciona que

a Lei 8.069, de 13.7.90, dispondo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltou uma dessas hipóteses, admitindo a identificação criminal (através do processo datiloscópico ou outro de natureza técnica com os mesmo objetivos) mesmo se o adolescente já tenha sido civilmente identificado.<sup>41</sup>

<sup>38</sup> VERONESE, op. cit., p. 81-82.

<sup>39</sup> ROSSATO, Luciano Alves. LÉPORE, Paulo Eduardo. CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 319.

<sup>40</sup> CURY, Munir (Org.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado, comentários jurídicos e sociais**. 11 ed., atualizada de acordo com a Lei 12.010, de 3.8.2009. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. p. 518.

<sup>41</sup> Ibid., p. 519.

Esse autor considera que

A ressalva acopla-se à cláusula “para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada”. Conquanto a exija quando não é possível individualizar dois ou mais adolescentes, para aferir a autoria do ato infracional, apesar da identificação civil, a não ser mediante o confronto entre as respectivas identificações criminais, a par do pressuposto da dúvida fundada (aquela baseada em evidências ostensivas e para evitar erro policial e/ou judiciário), lamenta-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente, justamente, tenha inaugurado o rol das possíveis exceções à regra geral, previsto na parte final do inc. LVIII do art. 5º da CF.<sup>42</sup>

Assim, Cury destaca a importância da “identificação do adolescente, dada a indelével necessidade de se conhecer os atributos físicos do eventual infrator em relação à sua identidade, a fim de se ter certeza de que é ele mesmo e não se trata de outra pessoa”<sup>43</sup>.

Oras, não se pode deixar de sanar uma dúvida, num procedimento policial, quanto à identidade de determinada pessoa só porque ela tem esta ou aquela idade.

Leciona, Veronese, que o artigo 109 do Estatuto

objetiva evitar eventuais constrangimentos por parte do adolescente que possua documentos civil de identificação. A única exceção possível apresenta-se nos casos de fundada desconfiança sobre a veracidade do documento, dando margem à possibilidade de identificação compulsória (datiloscópica, fotográfica), nos termos da lei. A submissão de adolescente a vexame ou constrangimento é crime previsto no artigo 232 do Estatuto.<sup>44</sup>

Como visto, Veronese defende que, o adolescente apenas seja criminalmente identificado, na exceção trazida pelo próprio artigo 109 do Estatuto. Assim, havendo dúvida fundada sobre a veracidade do documento, a autoridade policial ou judicial terá abrigo legal para proceder à identificação compulsória desse adolescente que esteja em desalinho com a legislação penal. Entendendo-se aqui, claro, por identificação compulsória, a datiloscópica e a fotográfica.

Elias entende que esse dispositivo “ampara todo adolescente que possuir qualquer documento que o identifique, tais como a

---

<sup>42</sup> Ibid., p. 519.

<sup>43</sup> Ibid., p. 519.

<sup>44</sup> VERONESE, loc. cit.

certidão de nascimento ou a carteira de identidade fornecida pela Secretaria de Segurança Pública. Importa, a nosso ver, que ele seja perfeitamente identificado”<sup>45</sup>.

Ishida sustenta que, “excetua-se a hipótese de dúvida fundada quando, por exemplo, há suspeita de adulteração do documento de identificação”<sup>46</sup>.

Seguindo seu raciocínio, Ishida expõe que

O STF entendeu necessária a identificação à falta de fotografia: “Identificação criminal – Indiciado em inquérito policial possuidor de identificação civil – Necessidade, inobstante, de sua fotografia – Ausência, pois, de constrangimento ilegal – Recurso extraordinário provido – Inteligência do art. 6º, VIII, do CPP (STF – Ement.). RT 546/451”.<sup>47</sup>

Assim, Elias ensina que “a exceção permitida, quando se refere à confrontação, destina-se aos casos de menores que, já escolarizados na senda dos atos infracionais, se utilizam de falsa documentação, o que ocorre com certa frequência”<sup>48</sup>.

Sobre esse assunto, Rossato, Lépore e Cunha lecionam que

Não são raras as hipóteses de adolescentes que, ao serem apreendidos, atribuem-se a identidade de outra pessoa, principalmente para que não seja constatada eventual reiteração na prática de atos infracionais. Em outras oportunidades, chegam a apresentar certidões de nascimento de irmãos, descobrindo-se a verdade somente no futuro. Em outros casos, ainda, um adulto poderá identificar-se como adolescente, com a finalidade de estar sujeito à responsabilização diferenciada a que estes fazem jus.<sup>49</sup>

Isso, realmente, verifica-se na prática: muitos adolescentes apreendidos omitem seu próprio nome e, fornecem, à autoridade policial, o nome de algum parente próximo, normalmente, irmãos ou primos. Claro, eles sabem

---

<sup>45</sup> ELIAS, op. cit., p. 87.

<sup>46</sup> ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 214.

<sup>47</sup> Ibid., p. 214.

<sup>48</sup> ELIAS, loc. cit.

<sup>49</sup> ROSSATO, op. cit., p. 319.

todos os dados desses parentes, fica fácil aparentar, assim, que o que se está dizendo, coincide com a realidade, já que soa natural.

Ocorre que, mais tarde, em consulta aos bancos de dados a que tem acesso, a autoridade policial verifica que esse nome já foi fornecido, anteriormente, por outra pessoa. Então, a autoridade indaga-se: Quem é o realmente fulano, este ou aquele? Será que ele tem a idade que diz ter? Será que é adolescente ou não?

Para isso, foi criado o instituto da identificação compulsória, justamente, para, nesses casos, sanar quaisquer dúvidas sobre a real identidade dessa pessoa do adolescente que tenha cometido ato infracional.

Desse modo, Rossato, Lépore e Cunha consideram que, “havendo dúvida fundada, para fins de confrontação, é permitida a identificação compulsória, pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais”<sup>50</sup>.

Assim, segundo Elias,

ao mesmo tempo que se quer evitar um ato que poderia ser vexatório ao adolescente, podendo influir no tratamento com dignidade a que tem direito, não se pode, em caso de dúvida, deixar de tomar as medidas necessárias para identifica-lo corretamente.<sup>51</sup>

Elias também salienta que

Embora seja sempre bom lembrar que as medidas aplicáveis ao menor nunca devem ter caráter punitivo, em cada caso há de se examinar a necessidade, ou não, de uma identificação compulsória, que há de ser efetuada com a observância de todos os direitos que lhe concernem, pelo fato de ser um sujeito especial de direitos.<sup>52</sup>

Costa considera que o artigo 109

É semelhante ao disposto no art. 5º, LVIII, da Constituição da República, garantindo ao civilmente identificado a isenção à identificação criminal (coleta de material datiloscópico), salvo nas hipóteses previstas no art. 3º e incisos da Lei n. 12.037/2009 (notadamente em caso de identidade dúbia o bastante que permita a medida). Quanto aos adolescentes, não serão submetidos à identificação compulsória (junto a organismos como Polícia, institutos de identificação, entidades que executam medidas socioeducativas ou Vara da Infância e da Juventude, entre outros) se forem civilmente identificados (ou seja, portando carteira de identidade), a não ser que

---

<sup>50</sup> Ibid., p. 319.

<sup>51</sup> ELIAS, loc. cit.

<sup>52</sup> Ibid., p.87.

haja dúvida fundada que justifique a medida, como no caso de suspeita de falsidade do documento de identificação, uso de vários documentos de identidade com dados conflitantes, existência de registros anteriores com o uso de outros nomes ou diferentes qualificações etc. Havendo manifesta ilegalidade na identificação compulsória, o responsável poderá se sujeitar à sanção prevista no art. 232 do ECA.<sup>53</sup>

Assim, Costa defende que o adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória, a não ser que, haja dúvida fundada sobre a sua real identidade ou se o documento de identificação apresentado deixar margem a dúvidas ou desconfiças sobre a autenticidade.

Como visto, Costa considera que as hipóteses de dúvida fundada, a que o artigo 109 do Estatuto faz referência, são aquelas dispostas na Lei de Identificação Criminal, da Lei nº 12.037/2009, em seu artigo 3º:

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

I – o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;

II – o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;

III – o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;

IV – a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa;

V – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;

VI – o estado de conservação ou a distância temporal ou da localidade da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais.

Parágrafo único. As cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, ainda que consideradas insuficientes para identificar o indiciado.

Sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.037/2009 aos adolescentes, Ishida ensina que

A questão sobre a aplicação da referida lei depende da análise de dois argumentos. O primeiro é o constitucional, diante da óbice, porquanto a própria Constituição permite a exceção, mencionando “salvo nas hipóteses previstas em lei”. Alexandre de Moraes (2003:390) menciona que “a própria Constituição Federal, porém, expressa a relatividade dessa norma, possibilitando exceções previstas em lei ordinária. Ressalte-se, portanto, que, em relação às exceções, há necessidade de norma ordinária regulamentando o presente inciso constitucional”. O segundo aspecto refere-se à aplicabilidade ao ato infracional praticado por adolescente. A Lei não se refere expressamente ao ato

---

<sup>53</sup> COSTA, Antônio Cláudio da (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. Barueri: Manole, 2012. p. 191.



infracional em seu art. 1º. Mas entendemos que nem deveria, porquanto o ato infracional não deixa de ser sinônimo de ilícito penal, só se diferenciando na culpabilidade quando há presunção absoluta do desenvolvimento mental incompleto. Dessa forma, a identificação civil do adolescente infrator não se limitará à dúvida fundada a que alude o art. 109 do ECA, mas também a todas as hipóteses da referida Lei. Portanto, sob a análise desses dois argumentos, verifica-se a aplicabilidade da referida lei aos procedimentos de apuração de ato infracional cometido por adolescente.<sup>54</sup>

Ishida considera que, apesar de a Lei de Identificação Criminal, não ter se referido ao ato infracional, no artigo 1º – *o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta Lei* – o mesmo deve ser encarado como sinônimo de ilícito penal, recaiando a diferença entre estes, apenas, sobre o elemento culpabilidade do agente.

Conclui, Ishida, que o adolescente que tenha cometido ato infracional será identificado criminalmente, mesmo já identificado civilmente, tanto em caso de dúvida fundada (artigo 109, ECA) quanto nas hipóteses previstas na Lei nº 12.037/2009 (artigo 3º). Assim, depois de analisados os dois argumentos levantados por esse autor, o mesmo atesta ser plenamente aplicável a Lei de Identificação Criminal aos procedimentos envolvendo adolescentes na prática de ato infracional.

Interessante, faz-se, destacar a preocupação do Ministério Público de Rondônia que expediu uma recomendação às autoridades policiais e aos conselheiros tutelares da Comarca de Ariquemes, que visa orientá-los sobre a identificação, principalmente, de adolescentes apreendidos em desalinho com a legislação penal.

Desse modo, o Ministério Público daquele Estado recomenda que o adolescente apreendido somente seja identificado criminalmente se obedecidas duas condições: que, esteja presente umas das hipóteses previstas em lei (Lei nº 12.037/2009 e Lei nº 8.069/1990); e, que, seja impossível contatar a família do mesmo ou o Conselho Tutelar.

---

<sup>54</sup> ISHIDA, op. cit., p. 215-216.

Trouxe-se, aqui, esta informação, justamente para restar demonstrado que o Ministério Público de Rondônia, assim como os autores citados neste item, também entende que, aos adolescentes, podem ser aplicados os dispositivos relacionados à identificação criminal constantes da Lei nº 12.037/2009.

Pelo exposto neste estudo, o adolescente, acusado de ter praticado ato infracional, será submetido ao processo de colheita de impressões digitais e fotografia (identificação compulsória), para efeitos de confrontação, havendo dúvida fundada.

Entende-se que essas hipóteses de dúvida fundada devem estar adstritas às estabelecidas no artigo 3º da Lei 12.037/2009: o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação; ou for insuficiente para identificar o indiciado; o indiciado portar documentos de identidade com informações conflitantes entre si; a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente; o estado de conservação ou a distância temporal ou da localidade da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais.

Assim, repudia-se o pensamento de que, sejam, os adolescentes, identificados compulsoriamente tanto quando as autoridades policial ou judicial tiverem dúvida fundada (Artigo 109, ECA), como também, quando presentes as hipóteses autorizadoras da Lei nº 12.037/2009 (artigo 3º).

Oras, não se pode ampliar as hipóteses de identificação criminal para o adolescente, aplicando-se as previsões da Lei nº 8.069/1990 (artigo 109) e a Lei nº 12.037/2009, mas sim, utilizá-las de forma que a dúvida fundada recaia sobre uma das possibilidades do artigo 3º da Lei de Identificação Criminal, tendo em vista que o Estatuto não dispõe o que seria os casos de em que possa haver dúvida.

Nesse sentido, se o adulto será identificado criminalmente em X situações (artigo 3º, Lei 12.037/2009), o adolescente será, no máximo, também identificado compulsoriamente nessas X hipóteses.

Diante de tudo a análise apresentada, restou demonstrada a possibilidade de aplicação da Lei nº 12.037/2009 aos adolescentes, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente mostra-se omissos em relação às hipóteses de dúvida fundada em que o adolescente será submetido à identificação compulsória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a identificação criminal pode ser definida como o processo pelo qual a autoridade policial se vale para identificar pessoa de identidade duvidosa, acusada ou indiciada de ter praticado infração penal sob investigação.

Nesse diapasão, quando se identifica criminalmente um indivíduo, deseja-se reunir informações policiais, penais e criminais acerca dessa pessoa, tendo em vista a criação de uma identidade criminal, composta de registros policiais, penais e folha de antecedentes criminais. Por meio da criação dessa identidade, torna-se capaz diferenciá-lo dos demais indivíduos com histórico de infrações penais.

A Lei nº 12.037/2009 veio regulamentar o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, ao dispor sobre a identificação criminal do civilmente identificado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/1990, prevê que o adolescente civilmente identificado, não será submetido à identificação compulsória, salvo para confrontação, em caso de fundada dúvida.

Assim, buscou-se investigar, nesta pesquisa, a possibilidade de aplicação da Lei de Identificação Criminal, Lei nº 12.037/2009, aos adolescentes já identificados civilmente. Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente não permitir que o menor civilmente identificado seja submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, o mesmo diploma faz uma ressalva, podendo ser realizada quando para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada (artigo 109, Lei nº 8.069/1990).

De tal modo, a regra geral é a da não possibilidade de identificar compulsoriamente o adolescente civilmente identificado que tenha cometido ato infracional.

Entretanto, o artigo 109 da Lei nº 8.069/1990 prevê exceção a esta regra ao dispor a respeito da possibilidade de ser realizada a identificação compulsória do adolescente que já tiver sido identificado civilmente, apenas para efeitos de confrontação, quando houver dúvida fundada, por parte da autoridade policial, acerca da real identidade desse indivíduo.

Em virtude de a Lei 8.069/1990 não dispor a respeito das hipóteses em possa haver dúvida fundada, entende-se que as mesmas estão atreladas às dispostas no artigo 3º da Lei de Identificação Criminal.

Assim, repudia-se o entendimento de que, sejam, os adolescentes, identificados compulsoriamente tanto quando as autoridades policial ou judicial tiverem dúvida fundada (artigo 109, Lei nº 8.069/1990), como também, quando presentes as hipóteses autorizadoras da Lei nº 12.037/2009 (artigo 3º).

Por todo o exposto, conclui-se que, o adolescente civilmente identificado poderá ser submetido ao processo de identificação compulsória, para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada, a qual deverá recair sobre uma das hipóteses permitidas pelo artigo 3º da Lei n.º 12.037/2009.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 46 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009**. Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

BRASIL. **Lei nº 10.054, de 7 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a identificação criminal e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.034/95, de 3 de maio de 1995**. Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-**Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal.

CAPEZ, Fernando. **Considerações gerais sobre o indiciamento e a identificação criminal do civilmente identificado (Lei n. 12.037, de 01 de outubro de 2009)**. Disponível em: <[http://capez.taisei.com.br/capezfinal/index.php?secao=27&subsecao=0&con\\_id=5618](http://capez.taisei.com.br/capezfinal/index.php?secao=27&subsecao=0&con_id=5618)>. Acesso em: 18 de dez. de 2012.

COSTA, Antônio Cláudio da(Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. Barueri: Manole, 2012.

CURY, Munir (Org.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado, comentários jurídicos e sociais**. 11 ed., atualizada de acordo com a Lei 12.010, de 3.8.2009. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Curitiba: Ministério Público de do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2010.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/1990, de 13 de julho de 1990**. São Paulo: Saraiva, 1994.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**. 8ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**, vol. I. 2ª ed. Niterói: Impetus, 2012.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **A nova lei de identificação criminal**. Disponível em: [http://www.editoramagister.com/doutrina\\_ler.php?id=571&page=1](http://www.editoramagister.com/doutrina_ler.php?id=571&page=1). Acesso em: 8 out. 20013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 9ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 15. ed., ver. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

PIMENTEL, Fabiano. Identificação Criminal: novos contornos. **Revista Magister de Direito Penal e Processo Penal**, Porto Alegre, Revista Magister, v. 6, n. 32, p. 78-83, out./nov. 2009.

ROSSATO, Luciano Alves. LÉPORE, Paulo Eduardo. CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SÉRGIO SOBRINHO, Mário. **A Identificação Criminal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

TOUTINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 15ª ed. rev. e de acordo com a Lei n. 12.403/2011. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: Editora OAB/SC, 2006.